

JULHO 2010

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socioeconómico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e electronicamente, e está disponível às entidades interessadas para consulta. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. Redução da Pobreza e Economia
2. Microfinanças
3. Mercado Informal
4. Oge Investimentos Públicos e Transparência
5. Governação Descentralização e Cidadania
6. Urbanismo e Habitação
7. Terra
8. Serviços Básicos
9. Ambiente

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa, incluindo Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, e InfoSambila
- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda, Jornal de Angola, Angolapress, Kwacka.net

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. Para a melhoria dos nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Genérico

Redação Helga Silveira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain Gelson Gaspar, Joyce José ,
José Tiago e Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	1
1.1 Água Cristalina brota das nascentes do Bengo	1
1.2 Fazenda Vralelo aposta na produção de cereais	2
1.3 Luanda é a cidade mais cara do mundo	3
1.4 Guiché Único contraria relatório do Banco Mundial	3
1.5 Inflação acumulada ultrapassa cinco porcentos	4
2 MICROFINANÇAS	6
2.1 Programa “Angola Jovem” disponibiliza dinheiro	6
2.2 Angola concedeu um crédito de 6,9 milhões de dólares a São Tomé	6
2.3 Instituto de Desenvolvimento Agrário regista agricultores para micro crédito	6
2.4 Taxa de juros é cara para o crédito pessoal	7
2.5 Angola consegue mil milhões em linha de crédito do Brasil	7
3 MERCADO INFORMAL	8
3.1 De zungueiro a sapateiro	8
3.2 Novo mercado no Nzeto	8
3.3 Criação de banca no Panguila para receber mais vendedores	9
3.4 O moto-táxista que cuida de dez filhos	9
3.5 O que impede a sua transferência	10
3.6 Terreno para a requalificação	10
3.7 Venda de combustível na rua atrai cidadão	11
4 OGE INVESTIMENTOS PUBLICOS E TRANSPARENCIA	12
4.1 Não tenho explicação para as dificuldades da dívida interna	12
4.2 Técnicos administrativos formados sobre OGE	12
4.3 Terreno para a requalificação	13
4.4 Ministros defendem reforma dos cursos no Instituto da Administração	13
4.5 Orçamento Geral do Estado em análise na perspectiva de género	14
4.6 Governo pagou menos do que 15% da dívida interna	15
4.7 ONG’S vão financiar partidos políticos	16
5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	17
5.1 Polícia e Jornal Inforsambila não falam a mesma língua	17
5.2 Administração municipal e empresários juntos para organizar o comércio	17
6 URBANISMO E HABITAÇÃO	19
6.1 Áreas licenciadas para construção diminuem na província de Luanda	19
6.2 Especulação imobiliária em Angola constitui um desafio para o Governo	19
6.3 Arranca auto construção dirigido em Malanje	19
6.4 Desespero e favores quanto basta	20
6.5 Quem estará a tentar enfiar um barrete	21
6.6 Programa de fomento habitacional está em marcha	22
6.7 Ministério do Urbanismo e Habitação avalia o estado das reservas fundiárias	23
6.8 Milhares de casas de renda económica são construídos no município de Caála	24
6.9 Lei dá protecção aos inquilinos	24
6.10 Milhares de casas de renda económica são construídos no município de Caála	24
7 TERRA	26
7.1 Construções em linhas de alta tensão são proibidas	26

7.2 Muteka enfrenta velhas makas das reservas fundiárias	26
7.3 Deserdados da Ilha de Luanda invadem Florestas	27
7.4 Da Floresta só ficou saudades	27
7.5 E nem está consignada para habitação	28
7.6 Terreno para a requalificação	29
7.7 Terra gera conflito em Caimbambo	29
7.8 Conflitos de terras pode deixar Malanje sem fábrica de água mineral	29
7.9 Omunga volta à carga	30
7.10 Lobito com zona requalificada para a construção de moradias	31
8 SERVIÇOS BASICOS	32
8.1 Água volta a jorrar em Ndalatando	32
8.2 Os desafios da ministra de Energia e Águas	32
8.3 Lixo ameaça as populações da aldeia de Mbaca	34
8.4 Até a EPAL «chora»	34
8.5 Faltam balneários públicos em Luanda	35
8.6 Lixo acumulado no subúrbio contrasta com a baixa da cidade	36
8.7 Os desafios da ministra de Energia e Águas	37
8.8 Municípes pedem ajuda	39
8.9 Moradores de Banga We vivem dificuldades	40
8.10 Na baixa: «gente fina é outra coisa»	40
8.11 Empresa quer melhorar distribuição	41
9 AMBIENTE	42
9.1 Degradações das vias dificultam recolha de lixo	42
9.2 Capital ecológica de Angola em risco	42
9.3 Produção ilegal de carvão deixa Huambo sem árvores	43
9.4 Da Floresta só ficou saudades	44
9.5 E nem está consignada para habitação	44

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Água Cristalina brota das nascentes do Bengo

Jornal de Angola

De 1 de Julho de 2010

A fábrica Cristalina tem capacidade para engarrafar 120 milhões de litros de água por ano, um número superior ao de outras fábricas existentes no mercado angolano. As captações estão num manancial de nascente.

A montagem e a construção da unidade fabril custou dez milhões de dólares, segundo informou ao Jornal de Angola João Pinto, director executivo da empresa Mosvipo que comercializa a marca "Cristalina".

O grupo industrial e alimentar Mosvipo começou a sua actividade em Setembro de 2009 e a primeira unidade fabril está localizada na comuna de Mazozo, Icolo e Bengo, província do Bengo.

Desde a inauguração da fábrica "Cristalina" já foram criados 42 empregos para a população local e de outras áreas do país. "Temos uma indústria montada para produzir 12 mil garrafas por hora, o que permite colocar no mercado 120 milhões de litros de água por ano. Para a montagem desta fábrica investimos dez milhões de dólares, devido à qualidade do seu equipamento", disse o director executivo.

A água Cristalina nasce na província do Bengo e é uma marca que apostou na qualidade e inovação, com métodos de funcionamento controlados pelas normas nacionais e internacionais. No princípio deste ano, recebeu um certificado de qualidade passado pelo laboratório central do Ministério da Agricultura em Angola.

"A Cristalina juntou-se às grandes marcas internacionais e água é captada de uma nascente com uma profundidade de 150 metros. Somos a maior empresa do sector em Angola e o nosso produto as mesmas qualidades que as águas importadas", afirmou João Pinto.

O director executivo da empresa Mosvipo realçou que a água Cristalina não tem aditivos químicos, passa apenas por uma membrana de filtração para reter os resíduos sólidos e depois é encaminhada para a linha de enchimento: "a água tem um conteúdo de mineralização mais elevado do que a água purificada, a sua durabilidade é maior e conserva as suas características essenciais".

Uma das prioridades da empresa Mosvipo é transformar a água Cristalina num produto consumido

porto dos angolanos, estabelecendo um preço adequado a todos os bolsos.

"O nosso lema é produzir água para todos. Estipulamos aos nossos clientes e revendedores para uma política de preços baixos, onde a garrafa de meio litro não pode custar mais de 60 kwanzas, enquanto o garrafão de cinco litros não ultrapassa os 400 kwanzas", disse o director da Mosvipo.

Cristalina nas províncias

João Pinto sublinhou ainda que a meta da Mosvipo para este ano é expandir a água Cristalina a todas as províncias e, posteriormente, aos países vizinhos, justificando que a adesão ao consumo do produto tem sido boa: "neste momento, trabalhamos apenas com um turno

JOSÉ SOARES a água a todo o território nacional até ao final deste ano", assegurou. Até agora, a "Cristalina" apenas chega a oito províncias, Bengo, Luanda, Huambo, Kwanza-Sul, Malange, Lunda-Sul, Benguela e Huíla. E dada a capacidade de produção da fábrica de água Cristalina, os responsáveis da empresa pretendem também internacionalizar produto.

"Em termos de equipamentos, temos material de muita qualidade, suficiente para o melhor tratamento da água", cuja produção foi reconhecida com certificado de qualidade pelo Ministério da Agricultura.

Educação ambiental

A preservação do Ambiente é também uma das preocupações dos responsáveis da empresa que explora a água Cristalina, que evita o desperdício e a sua má utilização.

"Estamos dispostos a colaborar com outras instituições governamentais e não governamentais".

Temos um projecto que consiste na educação ambiental e no desenvolvimento sustentável.

Vamos trabalhar para a preservação da saúde, demonstrando a importância do tratamento da água e as consequências do seu desperdício", referiu o director da Mosvipo. "Nos últimos 30 anos, várias empresas têm colocado parte do seu orçamento anual em acções de responsabilidade social, de forma a criar plataformas para educar os seus utilizadores, sobre a importância de gastar menos e poupar mais. A nossa intenção também se enquadra nesta política", afirmou João Pinto.

A unidade fabril está preparada para engarrafar água lisa, água com gás, água com sabores e refrigerantes em taras de 0,33, 0,50, de um litro e meio e de cinco litros. Para além do produto "Cristalina", a Mosvipo, nos próximos dias, vai lançar também a água gaseificada, com diversos sabores e, posteriormente, colocar no mercado mais um refrigerante.

1.2 Fazenda Vralelo aposta na produção de cereais

Jornal de Angola

De 02 de Julho de 2010

A fazenda agrícola Vralelo, implantada em Junho do ano passado, impulsionou o desenvolvimento agrário, a assistência técnica aos camponeses e criou empregos na região de Pambangala, município de Cassongue, província do Kwanza-Sul.

Com uma extensão de 185 hectares, dos quais 127 já trabalhados, a fazenda dedica-se à produção de milho, feijão e horticultura e tem em carteira a produção de mel e a comercialização de frutos silvestres, nomeadamente "loengos" e "lumbuluas", que são muito apreciados.

Para a concretização do projecto da produção do mel, foram adquiridas 20 colmeias em Portugal e decorre o processo de recrutamento de apicultores locais com larga experiência.

O projecto garantiu o primeiro emprego a dez pessoas, enquanto 80 à 90 têm assegurado emprego indirecto. Os responsáveis da fazenda prestam igualmente assistência técnica aos camponeses da região.

A fazenda conta com um parque de máquinas e equipamentos para a lavoura, entre tractores e alfaías, nomeadamente sistemas de cultivo, de adubação e ceifeiras debulhadoras. A rega era garantida por aspersão, devido ao declive do terreno.

De acordo com o gerente, Fernando Leão, na presente campanha agrícola foram colhidas 100 toneladas de feijão, mas a grande preocupação é a falta de sacos para escoar os produtos para os locais de consumo.

No âmbito da política do Executivo de redução das importações de sementes, a fazenda Vralelo pretende produzir sementes de cereais melhoradas e trabalha em estreita colaboração com a Direcção-Geral do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA).

Fernando Leão defende que a substituição de importação de sementes pela produção nacional é possível, desde que os produtores primem pela qualidade e ao mesmo tempo o Executivo crie mecanismos de fiscalização.

"A substituição das sementes importadas pela produção nacional é um processo que deve ser feito de forma gradual, desde que os produtores assumam a responsabilidade de apostar na qualidade e o Executivo fiscalize. Temos de entender que produzir sementes requer cuidado, é o mesmo que produzir medicamentos, pois se forem produzidos fora dos padrões próprios, tornam-se um autêntico veneno", afirmou Fernando Leão.

Comércio rural

A fazenda Vralelo pretende também dar resposta às preocupações dos camponeses da região da Pambangala e do município de Cassongue no escoamento dos seus produtos para as zonas de grande consumo.

Fernando Leão disse que muitos camponeses têm dificuldades para escoar os produtos excedentes para os mercados e na tentativa de o fazerem, muitas vezes os esforços redundam em fracasso, acabando os produtos por se deteriorar.

Para ajudar os camponeses e pequenos agricultores da região, a fazenda Vralelo vai passar a comprar os seus produtos e por sua conta e risco canalizá-los para os mercados competitivos. Outro apoio dos responsáveis da fazenda aos habitantes da região é o ensino das técnicas de utilização de fertilizantes e pesticidas na lavoura das suas lavras, contribuindo para o aumento da produção.

Custos elevados

O gerente da Fazenda Vralelo, Fernando Leão, disse que a relação com os camponeses surge como consequência lógica do desenvolvimento da actividade agrícola, que requer intervenientes, onde cada um deve jogar o seu papel em coordenação com os outros. Referiu que o péssimo estado das vias secundárias e terciárias e respectivas pontes constitui um "handicap" para as operações de aquisição de combustíveis e escoamento de produtos para os mercados.

Outra preocupação apontada por Fernando Leão reside nos custos dos fertilizantes e pesticidas, que são muito altos e estão, por isso, fora do alcance dos camponeses. Fernando Leão defende que o Governo devia desagravar as taxas aduaneiras, para que os fertilizantes cheguem ao mercado nacional a preços comportáveis.

Impactos na região

A implantação da fazenda trouxe para a região muitos benefícios às populações, a começar pela criação de empregos e a introdução de modernas técnicas agrícolas. De acordo com os responsáveis da fazenda Vralelo, está em carteira a construção de infra-estruturas sociais para os trabalhadores e para as comunidades.

1.3 Luanda é a cidade mais cara do mundo

Angolense

De 10 à 17 de Julho de 2010

Numa lista actualizada da empresa internacional de consultoria Mercer, divulgada esta segunda-feira, 28 de Junho, Luanda aparece como sendo a cidade mais cara do mundo para os expatriados, seguida de Tóquio e a capital do Chade, N'djamena, segundo o ranking da consultoria Mercer, que situa nos primeiros 20 postos a oito urbes europeias.

Luanda é considerada como a mais cara pelo facto do preço dos hotéis, da comida, do aluguer de casa e transporte ser três vezes mais caro que nas outras cidades que constam da classificação

São Paulo ficou em 21º lugar, enquanto o Rio de Janeiro está na posição 29 e Brasília no posto 70.

O encarecimento da vida no Brasil corresponde, segundo Mercer, ao fortalecimento do real frente ao dólar.

Moscovo ficou em quarto lugar, seguida de Genebra em quinto, afirma Mercer, que situa Karachi (Paquistão) como a cidade mais barata do mundo, de acordo com a lista que cobre 214 cidades em cinco continentes e mede o custo de vida de cada uma.

Segundo Mercer, esta lista ajuda às empresas multinacionais e os Governos a estabelecerem os níveis de ajuda que devem fornecer aos seus empregados expatriados.

Para elaborar o ranking, a consultoria levou em conta o custo da moradia, o transporte, os alimentos, a roupa, os artigos do lar e o entretenimento.

Entre as oito cidades europeias que ocupam os 20 primeiros postos estão:

Moscovo (no quarto lugar), Genebra (5), Zurique (8), Copenhague (10), Oslo (11), Milão (15), Londres (17) e Paris (também 17).

Outras cidades europeias destacadas são: Viena (28), Helsinque (31), Amsterdã (35), Atenas (40), Dublin (42), Praga (47), Frankfurt (50), Bruxelas (53), Luxemburgo (55), Munique (59), Berlim (61), Hamburgo (67), Lisboa (72), Budapeste (94).

Entre as cidades latino-americanas que figuram no ranking, além das três brasileiras, estão Havana (45), Bogotá (66), Caracas (100), Santiago do Chile (123), cidade do Panamá (127), Montevideu (129), San Juan de Porto Rico (129), Lima (135), Santo Domingo (147), Buenos Aires (161), Guatemala (169), San José da Costa Rica (183), Quito (194) e La Paz (211).

Nova York, em 27º lugar, é utilizada como referência e todas as cidades são comparadas a ela, indica a consultoria, que especifica que o custo da moradia é uma parte importante para estabelecer o ranking.

A cidade de Miami, onde vivem muitos latino-

americanos, está no 100º lugar da lista, enquanto Chicago está no número 91 e Washington no 11 L.

A investigadora sénior da Mercer, Nathalie Constantin-Métral, ressaltou que as mudanças são caras para as empresas, "portanto a selecção dos candidatos (para os postos no exterior) e entender bem os custos que supõe recolocar o pessoal é essencial, especialmente nas atuais condições económicas".

Segundo a consultoria, muitas cidades africanas estão contidas no ranking devido à cada vez maior importância da região para as empresas.

"Vimos um aumento da demanda por informação sobre cidades africanas em sectores como o minerador, os serviços financeiros e as companhias aéreas", acrescentou Constantin-Métral.

1.4 Guiché Único contraria relatório do Banco Mundial

Semanário Económico

De 15 de Julho de 2010

Em Angola e no Haiti são precisos mais de seis meses para que uma empresa estrangeira consiga constituir-se. No Ruanda, basta apenas uma semana. As conclusões pertencem ao Banco Mundial que analisou 87 países e que coloca a economia angolana bem posicionada quanto à privatização das terras.

Mas para a directora do Guiché Único Isabel Tormenta dos Santos, a constituição de uma empresa demora apenas três horas, desde que o seu constituinte tenha toda a documentação reunida. "As pessoas muitas vezes confundem. Há clientes que vêm aqui hoje e amanhã já trazem os documentos e podem fazer a sua empresa. Há outros que vêm só saber e voltam a aparecer daí a uma semana ou meses", esclarece Isabel Tormenta, acrescentando que só a partir do momento em que os clientes "aparecem com todos os documentos, os pagamentos todos feitos no banco e depois de todos os documentos serem verificados, pode constituir-se a empresa em três horas".

"Além disso, não podemos esquecer que o investidor ainda perde tempo a pensar no nome que vai dar à empresa. Estes são passos preliminares", ironiza.

Um estudo do Banco Mundial, revelado no final da semana passada conclui que Angola é o país entre 87 analisados dos quatro continentes, em que é mais difícil constituir uma empresa, tanto estrangeira como nacional. Os estrangeiros para se estabelecerem por cá precisam de 263 dias até verem o processo concluído. Os novos empresários angolanos são obrigados a aguardar mais de 180 dias até verem o seu projecto de investimento aprovado.

Privatização de terras "limpa" imagem

Com estes dados, a economia angolana lidera um "ranking" de 87 economias, ao lado do Haiti. No lado contrário da tabela, consta outro país africano: o Ruanda. Tanto na constituição de uma empresa, como na aprovação de um projecto, os ruandeses são os mais rápidos e figuram na tabela ao lado de países como o Canadá, pertencente ao grupo dos mais industrializados, e da Geórgia, país que ainda recentemente enfrentou uma guerra provocada por uma invasão de tropas russas. Bem colocados, estão também a Mauritânia, Gana, Camarões, Sudão, Uganda e Etiópia que figuram, no continente africano, como os mais eficientes na aprovação de projectos.

A demora na atribuição de vistos e a burocracia são as principais razões que explicam a longa espera dos empresários em Angola. Os investigadores do Banco Mundial entendem que os países que lideram a tabela "denotam possuir leis restritivas e ultrapassadas". O estudo conclui que "todos os países têm sempre oportunidades de aumentar a competitividade do investimento global". Por isso, os analistas também concluem que as "más práticas" podem levar a que as economias criem "custos adicionais para o investimento".

Pontos positivos

Apesar de ser o país mais burocrático, os outros indicadores, analisados pelo Banco Mundial, atribuem classificações razoáveis à economia angolana, em relação a muitos países classificados como "emergentes", africanos e asiáticos. Por exemplo, na arbitragem de conflitos, Angola alcança índices superiores aos do Mali, México, Roménia, Ruanda, Rússia, Senegal, Tunísia, Libéria, Gana e Argentina. Outro dado importante é ao acesso à terra. Também neste indicador, considerado pelo Banco Mundial como "muito importante" para o desenvolvimento económico, Angola está muito acima da tabela, conseguindo um índice de 87,9% acima de países Argentina; Áustria, Bolívia, Brasil, Bulgária, Chile, Costa do Marfim, Croácia, Grécia, Guatemala, Japão, Malásia, África do sul, Sérvia, Polónia, Rússia, Camarões, Nigéria, entre outros. Este item analisa a capacidade de cada país em entregar as terras a privados. No topo da lista, com 100% da terra privatizáveis, encontram-se os Estados Unidos, Canadá, Costa Rica, Espanha, Inglaterra e Singapura.

1.5 Inflação acumulada ultrapassa cinco porcentos

Semanário Factual,

De 23 a 30 de Julho de 2010

A inflação acumulada atingiu 5,98 por cento no primeiro semestre, contra 5,50 por cento em 2008 e 6,21 por cento em 2009, uma tendência que se mostra relativamente moderada em comparação ao ano passado, quando a inflação anual se fixou em 13,99 por cento. Os preços dos alimentos foram os produtos que mais subiram durante o primeiro semestre de 2010, com destaque para o peixe sardinha que chegou a subir acima dos 8,69 por cento em Abril e 7,37 por cento em Maio.

Os preços no mês de Junho sofreram uma variação de 1,02 por cento, influenciada pelo aumento dos preços na classe hotéis, cafés e restaurantes, que registou um incremento de 2,70 por cento. O preço do funge com carne aumentou 4,72 por cento, o bife com batatas fritas 4,38 por cento, o peixe grelhado cresceu 4,21 por cento, o funge de galinha variou em 4,09 por cento, o churrasco 4,04 por cento e o funge com peixe aumentou 3,75 por cento. O aumento dos preços dos alimentos na classe de hotéis, cafés e restaurantes reflecte, em certa medida, o agravamento dos preços dos alimentos no primeiro semestre, período em foi autorizada a importação do carapau para reforçar a oferta de pescado no mercado.

O preço do frango congelado, no mês passado, cresceu 2,63 por cento, o tomate 2,30 por cento, a carne de segunda aumentou em 2,24 por cento. O feijão castanho variou em 2,92 por cento, a corvina fresca 3,19 por cento, o açúcar também aumentou na ordem dos 1,58 por cento, enquanto o arroz corrente agravou o preço em 1,25 por cento, a galinha 3,75 por cento e o peixe kimbumbo fresco ficou 4,42 por cento mais caro. Esta tendência de aumento dos preços dos alimentos tende a depreciar cada vez mais o poder de compra dos salários.

O reajuste dos salários da Função Pública, na ordem dos 5,4 por cento, realizado no primeiro semestre de 2010, ficou relativamente abaixo da inflação acumulada (5,98 por cento) no período em referência, o que reflecte uma perda relativa poder de compra dos salários.

A perda do poder de compra acentua-se se tiver em consideração que a inflação acumulada para os alimentos é superior à taxa de inflação acumulada e que o peso dos alimentos no consumo das famílias representa mais de 50 por cento do rendimento mensal. No mês de Janeiro, os preços variaram em 0,80 por cento devido à variação registada na classe hotéis, cafés e restaurantes, na ordem dos 2,73 por cento, em função do dinamismo trazido pelo Campeonato

Africano de Futebol "CAN 2010".

Em Março foi a vez dos transportes a influenciar a alta dos preços, cuja inflação mensal se situou em 1,05 por cento. Para economistas, o agravamento da corrida de táxi, em 4,83 por cento e da reparação de automóveis em 3,83 por cento, deveu-se à entrada em vigor do seguro automóvel obrigatório. Ainda em Março, os alimentos e bebidas não alcoólicas aumentaram de preço em 1,04 por cento.

Em Abril, a inflação mensal, medida pelo Índice de Preço ao Consumidor de Luanda foi de 1,03 por cento, destacando-se a classe de bens e serviços diversos, porquanto foi a que registou o maior aumento de preços com 1,85 por cento.

O preço dos produtos como o serviço de cabeleireiro aumentou em 6,89 por cento e o serviço de barbeiro 5,96 por cento. A classe dos alimentos e bebidas não alcoólicas veio logo a seguir e aumentou em 1,51 por cento. Já em Maio a inflação se cifrou em 1,06 por cento e foi liderada pelo aumento dos preços dos alimentos.

O comportamento dos preços dos alimentos, segundos empresários, está

2 MICROFINANÇAS

2.1 Programa “Angola Jovem” disponibiliza dinheiro

Jornal de Angola

De 1 de Julho de 2010

Dezanove milhões e 974 mil kwanzas é o valor disponibilizado até agora pelo Governo, através do Banco de Poupança e Crédito (BPC), para apoiar as iniciativas de negócios, no âmbito do programa "Angola Jovem", em curso no Kwanza-Norte desde Abril de 2008.

Dados da Direcção Provincial da Juventude e Desportos, aos quais a Angop teve ontem acesso, indicam que, em Ndalatando, no âmbito do referido programa, foram contemplados 425 jovens, organizados em 64 cooperativas de pequenos negócios. De acordo com os dados, o surgimento do programa permitiu a criação de 242 novos postos de trabalho. Os beneficiários elegeram como áreas de negócios o comércio, a prestação de serviços, pequenas indústrias, agro-pecuária, construção civil, transporte e pesca. Das cooperativas financiadas, apenas treze já concluíram o respectivo reembolso, revelam ainda os dados. No âmbito do apoio, jovens dos municípios de Cazengo, Cambambe, Samba Caju e Ambaca foram formados em gestão de negócios, para beneficiar do financiamento

2.2 Angola concedeu um crédito de 6,9 milhões de dólares a São Tomé

A Capital

De 03 de Julho de 2010

Angola concedeu um crédito de 6,9 milhões de dólares a São Tomé e Príncipe em 2009 que foi aplicado no programa de investimentos públicos do arquipélago, informou terça-feira, em São Tomé, o Ministério do Plano e Finanças.

De acordo com os dados disponibilizados, a maior parte do crédito - cerca de 2,9 milhões de dólares ou 43 por cento do total - foi aplicado na reconstrução das infra-estruturas públicas do distrito de Cauê, situado a 50 quilómetros da capital do país.

Do montante concedido por Angola, 2,6 milhões de dólares ou 37 por cento do total desembolsado entre

Janeiro e Dezembro de 2009 foi despendido com os encargos gerais do Estado são-tomense, nomeadamente no apoio institucional aos órgãos de poder.

Além de investimento no sector energético na ilha de Príncipe, que dista 150 quilómetros da capital de São Tomé e Príncipe, o crédito do governo de Luanda foi ainda aplicado nos sectores da educação e saúde, sobretudo, em matéria de construções de centros sanitários e escolares nas zonas rurais do país. Além de crédito, o documento de Plano e Finanças revela ainda que, em 2009, as autoridades angolanas concederam a São Tomé e Príncipe um donativo de cerca de um milhão de dólares que foi aplicado no programa de exportação de cacau, pimenta e baunilha, bem como na criação de gado.

Considerado um dos mais importantes parceiros económicos de São Tomé e Príncipe. Angola é o principal accionista da única empresa são-tomense de combustíveis e óleo, a ENCO, que detém o monopólio de comercialização de combustíveis no arquipélago. (Macauhub).

2.3 Instituto de Desenvolvimento Agrário regista agricultores para micro crédito

Jornal de Angola de

De 03 de Julho de 2010

O Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) no Golungo Alto está a registar os agricultores associados em cooperativas e associações, facilitando lhes o acesso ao programa de crédito agrícola, disse, na quinta-feira, à Angop, o coordenador da iniciativa.

Afonso Eduardo afirmou que registo pretende também fazer levantamento das dificuldades dos camponeses quanto a meios de trabalho e determinar as quantidades que necessitam. O município do Golungo Alto tem 23 associações de camponeses, 18 grupos solidários e sete cooperativas agrícolas, ao todo, com 8.320 associados inscritos na União Nacional das Associações de Camponeses de Angola (UNACA).

2.4 Taxa de juros é cara para o crédito pessoal

O Independente

De 17 de Julho de 2010

Se a banca é um dos pilares do sistema financeiro, o crédito é uma unidade crucial para a actividade económica. Actualmente, o crédito tem estado caro, devido às elevadas taxas de juro cobradas pelos bancos que operam no mercado angolano.

Economistas são de opinião que é necessário conter a inflação para que se possa pensar numa forma sustentável da economia, por via do crédito.

Quem mais cara paga a factura, são os cidadãos cujo crédito pessoal é concedido na moeda nacional, ou seja o Kwanza, uma vez que para os empresários o assunto muda de figura, porquanto os seus créditos são concedidos em moeda estrangeira, cuja taxa de juros é mais baixa em relação ao Kwanza.

A instituição que tem por missão regular o exercício da banca em Angola, no caso o BNA, vem de um tempo a esta parte ensaiando medidas que visam reduzir a taxa de juros dos créditos e por conseguinte a vida dos credores.

Uma destas medidas é o instrutivo da retenção de 30 por cento do rendimento dos bancos comerciais, cujos efeitos já se fazem sentir, a partir do momento em que os níveis de liquidez do banco central angolano subiram consideravelmente, na últimas semanas.

Ainda assim, as autoridades pensam atingir outro estágio, pois o presente é considerado período de ajustamento, sendo o passo seguinte o alcance de todos os efeitos da medida que, no fundo, vai de uma ou outra forma beneficiar o cliente, seja ele instituição singular ou colectiva.

Esta é a percepção de Abraão Gourgel, governador do Banco Nacional de Angola.

Nisto, disse o responsável, o Banco Nacional já começou a reduzir a taxa de juros em títulos cuja maturidade é de pouco mais acima dos noventa por cento por dia.

O crédito é, nos últimos tempos, a par do levantamento de salários do pessoal da função pública, um dos maiores serviços fornecidos pelos bancos aos seus clientes.

Porém, os entendidos compreendem chegar a hora de colocar novos produtos no mercado bancário que já existem em funcionamento em outros países, como por exemplo o leasing, que é uma espécie de aluguer.

2.5 Angola consegue mil milhões em linha de crédito do Brasil

O Independente

De 26 de Julho de 2010

O Brasil concedeu ontem a Angola uma linha de crédito no valor de mil milhões de dólares. José Eduardo dos Santos e Luiz Inácio Lula da Silva rubricaram, quarta-feira um protocolo de cooperação financeira, no final das conversações oficiais entre delegações ministeriais dos dois países, no Palácio de Itamaraty.

O protocolo de cooperação financeira foi assinado pelos dois estadistas, quando era suposto serem os titulares das respectivas equipas económicas. Dos Santos e Lula assinaram ainda a "Declaração conjunta sobre o estabelecimento de uma parceria estratégica".

Angola e Brasil assinaram um total de 12 instrumentos jurídicos que vão reger a cooperação nos próximos tempos.

Os dois países acordaram em assinar o " Ajuste complementar relativo ao Acordo de cooperação económica, científica e técnica para a implementação do projecto de capacitação na assistência técnica e extensão rural para técnicos angolanos", o " Ajuste complementar relativo ao acordo de cooperação económica, científica e técnica para a implementação do projecto-piloto em doenças falciforme", e o " Ajuste complementar relativo ao Acordo de cooperação económica, científica e técnica para a implementação do projecto de apoio a implementação do projecto do serviço de sanidade vegetal e capacitação técnica para a inspecção fitossanitária".

Angola e o Brasil rubricaram igualmente os seguintes entendimentos:

"Ajuste complementar relativo ao acordo de cooperação económica, científica e técnica para a implementação do projecto de apoio a formação profissional rural e promoção social em Angola", o "Ajuste complementar relativo ao Acordo de cooperação económica, científica e técnica para a implementação do projecto de apoio ao sistema nacional de investigação agrária", o " Acordo de cooperação no domínio do ensino não superior e formação", o " Acordo de cooperação no domínio do ensino superior e formação de quadros", e o " Acordo de cooperação no domínio da Defesa".

3 MERCADO INFORMAL

3.1 De zungueiro a sapateiro

Folha 8

De 03 de Julho de 2010

Aprender profissão, visando a auto-suficiência alimentar e não só, preocupa os jovens que acreditam do nada, ser possível conseguir o bastante para a satisfação das suas necessidades primárias e apoio aos agregados familiares que integram.

António Hunda, sapateiro, de 21 anos de idade, revelou ao F8 como cresceu e aprendeu a arte de sapateiro.

"Perdi os meus pais muito cedo. Era criança quando fiquei órfão e passei a viver com a mãe da minha mãe e uma das irmãs dela. Tentei ser engraxador, mas a minha mãe mais nova achou por bem que a ajudasse a vender. Enquanto ela vendia sapatos e bandoletes, deram-me a vender petróleo." "Cheguei a pensar em ser engraxador mas, aproveitando o jeito que tenho para imitar, fui olhando para um vizinho nosso que cosia sapatos e daí comecei por juntar e repará-los, revelou:

"Eu saía de casa com o preço de 30 a garrafa de petróleo, mas conseguia vendê-la por 50 Kwanzas." Questionado sobre a origem do dinheiro que juntou para comprar material de reparação de calçado, afirmou: "Eu saía de casa com o preço de 30 a garrafa de petróleo, mas conseguia vender por 50.

"Depois de perder os meus pais, passei a viver com a minha avó materna e a irmã da minha mãe. Tanto uma como a outra vendiam e ali tive de as ajudar nisso. Enquanto elas comerciavam sapatos, roupa e banduletes, acharam por bem que eu vendesse petróleo, fui vendendo, fui pensando numa profissão que precisava de aprender para passar do negócio de petróleo de iluminação para um outro capaz de me facilitar conseguir subir um pouco mais depressa. Muitas vezes, fui tentado a engraxar, mas a minha velha desencorajou-me e daí foi que me decidi a ser sapateiro, profissão com a qual simpatizei e não só, mas também porque me foi fácil aprender."

A aquisição do quite de material básico para o exercício da profissão não foi fácil, tal como esclareceu em seguida: "Aprender a coser e a remendar não me foi tão difícil como foi, conseguir material. Pensei que deveria descobrir a forma ele adquirir o que desse para arrancar e outra maneira não tive senão vender por 50 kwanzas a garrafa de petróleo que a "minha velha me mandava vender por 30. Fui juntando o que conseguia, até que um dia comprei linhas, agulhas e o resto do material de que carecia para improvisar uma sapataria." Solicitado a

dizer em que escola de artes e ofícios é que aprendeu sapataria, disse: "aprendi sozinho. Tive de aprender sozinho. A necessidade obrigou-me e deu-me força para aprender depressa." Respondendo à pergunta, porquê trabalhar na pracinha e não numa sapataria, revelou:

3.2 Novo mercado no Nzeto

Jornal de Angola

De 7 de Julho de 2010

Um novo mercado com 192 bancadas, adstrito ao Programa de Reestruturação de Serviços Logísticos e Distribuição de Produtos Essenciais às populações (PRESILD), foi ontem inaugurado no município do Nzeto, província do Zaire, pelo governador provincial, Pedro Sebastião.

O empreendimento, orçado em três milhões e seiscentos mil dólares americanos, contempla vários serviços, entre os quais oito lojas de venda a retalho, um balcão do Banco de Comércio e Indústria (BCI), um salão de beleza, um snack-bar, uma área administrativa, uma farmácia e uma padaria.

Outros sectores como duas cozinhas, duas câmaras para congelação e conservação de frescos, dois balneários, uma fábrica de gelo, uma creche, um armazém de venda a grosso e um talho fazem ainda parte do novo mercado municipal que, numa primeira fase, empregou um total de 13 cidadãos.

Sob a gestão de uma empresa privada – a PEPELIDO, Lda. – a infra-estrutura, segundo o administrador municipal adjunto do Nzeto, Luís Kumba Mavambo, vai facilitar as transacções comerciais e permitir que os comerciantes exerçam a sua actividade em condições condignas.

Luís Mavambo enalteceu o esforço que o governo angolano tem desenvolvido na criação de condições para o bem-estar dos cidadãos. O governador provincial do Zaire, Pedro Sebastião, referiu na ocasião que a construção do novo mercado do Nzeto está inserida no quadro das realizações do governo tendentes a melhoria das condições de vida das populações.

"Este mercado tem as instalações que nós vimos e vão permitir àqueles que vendem os seus produtos a fazerem-no de forma organizada, e também aqueles que compram vão poder adquirir com os requisitos necessários para a saúde pública", disse para, de seguida, apelar s utentes para a necessidade de conservar o novo empreendimento, para que possa cumprir na plenitude os objectivos pelos quais foi criado.

"Peço especial atenção a administração do mercado no sentido de observarem-se as normas estabelecidas para a sua exploração. A administração do mercado terá que ministrar uma formação àqueles vendedores que ainda não dominam as balanças, de modo a utilizá-las de

forma correcta", concluiu.

Assistiram ao acto de inauguração, a directora provincial do comércio, Isabel Queba, o director nacional de comunicação e imagem do PRESILD, João Pedro, administradores comunais e autoridades tradicionais.

3.3 Criação de banca no Panguila para receber mais vendedores

Jornal de Angola

De 14 de Julho de 2010

A construção de 25 novas naves no mercado do Panguila, município do Cacuaco, em Luanda, entrou esta semana na fase de nivelamento e compactação do solo, constatou, segunda-feira, a Angop no local.

Segundo uma fonte da Direcção Provincial de Mercados e Feiras, as novas naves têm capacidade para albergar 102 vendedores que se dedicam ao comércio de electrodomésticos, calçado, vestuário, cosméticos, produtos perecíveis e prestação de serviços.

Os trabalhos para instalar as novas naves decorrem num ritmo satisfatório e, se não houver constrangimentos, até Agosto a empreitada está concluída.

Projectado inicialmente para 10 mil vendedores, o Mercado do Panguila, localizado 18 quilómetros a norte de Luanda pode receber, nos próximos meses vendedores vindos de outros mercados, por funcionarem em condições precárias. Criada em 2007 numa área de 250 mil metros quadrados, o complexo comercial do Panguila conta com 5.376 bancadas, 200 armazéns, 36 câmaras frigoríficas, 144 lojas, 112 bancos de pouso, 13 chafarizes e dependências dos bancos BIC e BPC para facilitar as transacções financeiras dos comerciantes e um posto médico.

O recinto reserva uma área para estacionamento de mais de 400 viaturas, área administrativa, posto policial e uma zona verde.

Dos vendedores a serem transferidos para o Panguila, destacam-se os do Roque Santeiro.

Em Maio deste ano, Administração Comunal do Sambizanga anunciou o início, para o mês em curso, da transferência de vendedores do mercado Roque Santeiro para a zona do Panguila, município do Cacuaco, onde vão exercer a sua actividade numa infraestrutura com melhores condições de higiene e de trabalho.

3.4 O moto-táxista que cuida de dez filhos

O Novo Jornal

De 16 de Julho de 2010

Domingos Daniel, de 46 anos, começa a jornada de trabalho às 6h00. Por causa da criminalidade termina a sua actividade às 17h00. "Se pudesse começava mais cedo, só não o faço por causa da criminalidade. Comecei a fazer táxi em 2003 e sustento a família com o que ganho".

Segundo o moto-taxista, os nove filhos estão formados com o pouco que ganha. "Já consegui construir a minha casa, pagar o colégio dos meus filhos e a minha vida vai andando". Domingos Daniel é ex-militar das FAPLA e encontrou nesta actividade uma saída para a sua vida. "Quando fui desmobilizado fiquei sem saber o que fazer, nem tinha como dar de comer à minha família. Foi então que decidi fazer serviço de táxi e foi muito bom porque a minha vida melhorou muito. Nos últimos anos, já posso dar aos meus filhos uma boa vida com aquilo que ganho".

O preço que cobra por viagem depende do local onde vai. "Por exemplo se não for muito distante são 100 kz. Agora de Cacuaco até Kikolo são 200 kz. Posso fazer, por dia, três mil kz. Questionado como é que a família encara o trabalho, Domingos admite que a vê como uma actividade de muito risco. No princípio "reclamava muito", mas agora está mais calma porque sabem que não há empregos e que não tem outra saída.

Sobre a relação com os companheiros de trabalho, o ex-FAPLA qualifica-a de maravilhosa. "Praticamente, sou o mais velho do grupo e todos me respeitam. Eles sabem que quando têm problemas podem contar comigo. Damo-nos muito bem, todos lutamos para dar de comer às nossas famílias". O mais velho Domingos Daniel diz que a primeira coisa que faz quando sobe na moto é pôr o capacete. "É a primeira coisa que faço. Eu aconselho sempre os meus colegas a fazer isso, porque se tiver que acontecer algum acidente com o capacete protege a cabeça que é um lugar muito perigoso". Acrescentou que todos os motoqueiros têm de pôr na cabeça que o capacete é muito importante. Domingos diz que no princípio teve muitas dificuldades com a polícia, "cobravam dinheiro sem necessidade", mas graças à intervenção da associação deixaram de ter esses problemas. "Andamos à vontade sempre com a documentação em dia e com o uso do capacete".

Augusto Rabaris é um dos mais antigos motoqueiros de Luanda. Diz que começou a fazer táxi em 1992, como saída profissional "Sou militar, não tinha como viver e a única solução foi começar a fazer táxi porque as coisas estavam difíceis, nem casa para morar tinha".

Augusto tem 42 anos e 10 filhos. Diz que com pouco que ganha dá para sustentar a família. "Graças a Deus não falta comida aos meus filhos, com o pouco que ganho consegui construir uma casa". Diariamente, consegue arrecadar dois mil kz desta actividade.

Segundo Augusto a profissão é de muito risco. "Há muita tentação na estrada, a qualquer momento pode aparecer um carro a empurrar-nos, porque os condutores não respeitam os motociclistas. Nós, que andamos de mota, sofremos muito. Os taxistas então são os piores, pensam que a estrada só foi feita para eles".

Augusto diz que as suas responsabilidades aumentaram e já não consegue juntar mais dinheiro. "Antigamente fazia kixiquila e consegui comprar a casa. Agora as coisas estão mais caras e os gastos aumentaram. Já não há mais como guardar, porque pago as propinas, compro os livros, a comida e a roupa. Tenho 10 filhos e todos estudam no colégio porque está difícil entrar na escola pública".

3.5 O que impede a sua transferência

Semanário Angolense,

17 de Julho de 2010

A transferência do mercado «Roque Santeiro», no Sambizanga, para o do Panguila, Cacuaco, tem estado a ser adiada por razões políticas, soube o *Semanário Angolense* de fonte afecta ao MPLA. O partido no poder receia que a mudança do j; maior mercado do país provoque um grande descontentamento entre os vendedores. Por isso, tal não deverá ocorrer antes das eleições de 2012.

Um vendedor disse a este jornal que muitas famílias dependem do mercado, e se este for retirado vai agravar a situação já de si difícil em que vivem. Por isso, apela: «Se quiserem tirar o Roque daqui têm de nos arranjar emprego primeiro, porque as nossas, famílias dependem deste lugar».

O mesmo vendedor reiterou que o número de ocupantes do

«Roque» é muitas vezes superior aos lugares disponíveis no Panguila, o que pressupõe que muitos serão lançados para o desemprego.

Revelou, entretanto, que desde o último anúncio de transferência, o mercado tem estado vazio, pois inúmeros vendedores procuraram outras paragens para exercer a sua actividade comercial. Apontou ainda o estado degradado da estrada que conduz ao mercado do Panguila, cujas obras foram concluídas há mais de dois anos.

Quem também se opõe à saída do «Roque Santeiro» são os fiscais do mercado, muitos dos quais temem

igualmente ser dispensados. Segundo um deles, são em número de 120 e no Panguila serão necessários somente 20. «Os 100 restantes serão dispensados, não sei que destino lhes vão dar. Por outro lado, o mercado do Panguila está situado no município, por isso, a prioridade será os municípios locais», recordou um fiscal.

Há cerca de dois meses, foi dada como certa a transferência do mercado do Sambizanga, mas depois deu-se o dito por não dito, com declarações descontraídas entre responsáveis do Governo Provincial de Luanda e das Administrações Municipais do Sambizanga e de Cacuaco.

3.6 Terreno para a requalificação

Semanário Angolense, 17 de Julho de 2010

A mudança imediata do mercado Roque Santeiro é pretendida pela Associação dos Naturais e Amigos do Sambizanga (Akwa-Sambila) e a Administração Municipal para ali serem construídos os edifícios que albergarão os moradores que serão desalojados das primeiras residências e a serem demolidas no âmbito da requalificação desse histórico bairro de Luanda.

Com o mesmo objectivo, ou seja, receber cidadãos u que sairão dos locais a serem requalificados, prevê-se z; erguer edifícios de três a quatro andares no local onde ainda funciona o «Roque Santeiro», que este ano será transferido para o mercado do Panguila, município de Cacuaco, que já está concluído.

O projecto é gerido por um consórcio constituído pela Akwa Sambila, que tem José Tavares, o administrador municipal, à cabeça, o «Grupo Bahgat», uma empresa egípcia, e a Tempex, uma imobiliária lusa.

Fonte deste jornal revelou o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, nascido no Sambizanga, defende que o referido projecto de requalificação seja gerido por pessoas ligadas ao bairro (naturais, moradores, etc.). «O Presidente pretendia que se constituísse a uma sociedade anónima formada por filhos do Sambizanga e esta seria responsável pelo projecto de requalificação», reiterou.

O presidente da empresa egípcia que vai assumir a empreitada, Ahmed Bahgat Fattouh, esteve em Luanda no ano passado, tendo dado conferências sobre o projecto e garantido que, em princípio, este deveria arrancar dali há dois meses.

O «Grupo Bahgat» é uma sociedade de direito egípcio que trabalha nas áreas da construção, telecomunicações, indústria, transporte, turismo, e está inserido num grupo internacional instalado em vários países.

Ao contrário do que «algumas pessoas» pretendiam, as futuras casas do Projecto de Requalificação do Sambizanga, que arranca ainda este ano, serão

entregues gratuitamente aos actuais moradores. Segundo as nossas fontes, «algumas pessoas pretendiam que os moradores fossem desalojadas e quem quisesse regressar teria de comprar ou alugar a moradia», mas tal ideia foi reprovada. Por isso, quando o projecto estiver concluído, só sairá do Sambizanga quem quiser.

3.7 Venda de combustível na rua atrai cidadão

Semanário Factual,

De 23 a 30 de Julho de 2010

Centenas de mulheres e homens dedicam-se ao comércio ilegal de venda de combustíveis na periferia de Luanda, sem que as autoridades policiais façam o mínimo para travar essa actividade proibida e perigosa. O negócio conta com o beneplácito dos trabalhadores dos Postos de Abastecimento de Combustível e com a negligência das autoridades policiais.

Entretanto, numa tentativa isolada de mudar a situação, a comandante dos Serviços de Bombeiros, no município do Kilamba Kiaxi, em Luanda, Júlia Chitele, lamentou Terça-feira, 20, o facto da corporação registar, com frequência, a morte de crianças por inalação do gás da gasolina

Júlia Chitele afirmou que os maiores registos de acidentes estão relacionados com pessoas que fazem o armazenamento de combustível dentro de casa.

De acordo com a responsável, a gasolina, por ser um líquido inflamável, possui um cheiro muito forte que acaba por causar a asfixia de muitas crianças.

"Temos o registo de crianças encontradas mortas dentro de casa, não em consequência de incêndios ou monóxido de carbono, mas asfixiadas pelo gás da gasolina", afirmou, alertando aos utilizadores dos geradores para não armazenar o combustível dentro das residências.

4 OGE INVESTIMENTOS PUBLICOS E TRANSPARENCIA

4. 1 Não tenho explicação para as dificuldades da dívida interna

O País

De 09 de Julho de 2010

Alves da Rocha, professor associado da Universidade Católica de Angola, onde coordena também

O Centro de Estudos e Investigação Científica, que ainda a passada semana apresentou o seu relatório anual sobre a economia angolana, bem como o Núcleo de Estudos Macroeconómicos é um dos economistas mais conhecidos da opinião pública.

É um profundo conhecedor da economia do país mas, como confessa nesta entrevista, nem sempre consegue interpretar, pelo menos na totalidade, alguns fenómenos que a afectam, como é o caso do avolumar nos atrasos de pagamentos por parte do Estado numa altura em que as dificuldades colocadas à economia angolana pela crise, designadamente no plano das reservas internacionais líquidas, parecem estar superadas.

No que respeita aos ajustamentos efectuados pelas autoridades no domínio das políticas fiscal, monetária e cambial em resposta à crise internacional, Alves da Rocha considera que o Governo fez o que havia a fazer.

Como avalia a evolução da economia angolana num ano particularmente difícil como foi 2009?

A crise teve consequências nefastas sobre o processo de crescimento económico de Angola, que se apresentaram sob a forma da redução dos gastos públicos.

A participação do Estado na economia angolana ainda é muito elevada. Se formos ver as contas públicas chegaremos à conclusão que cerca de 40% do PIE é representado pela despesa governamental, incluindo o investimento público, o que significa que a economia depende muito, em termos do seu crescimento, da sua organização, daquilo que o Estado fizer.

Ora, num ano de crise em que os investimentos

públicos foram cortados com bastante intensidade não havia dinheiro para chegar a todo o lado e em que o ambiente internacional não foi favorável mesmo o crescimento, muito embora em Angola os sectores que não estão ligados à economia mineral não tenham sofrido grande impacto com a crise económica pois não exportamos nada que não seja petróleo e diamantes.

E como os dois sectores estiveram em crise isso repercutiu-se na receita do Estado, consequentemente nos investimentos públicos e como a nossa economia depende muito da actividade do Estado naturalmente que os outros sectores ressentiram-se não de uma forma directa com a crise, em termos de quebras das exportações, pois não exportamos nada que não seja petróleo e diamantes mas essencialmente sob a forma do investimento público e do investimento privado.

Em situação de crise os investidores privados preferem manter uma atitude de expectativa face à incerteza que lançarem-se em investimentos que podem não ter o efeito desejado.

Qual a sua avaliação das políticas adoptadas para ajustar a economia aos efeitos da crise?

A política que o Governo utilizou para acomodar os efeitos da crise foi uma política contrária a que outros países adoptaram. Enquanto nós reduzimos os gastos e os investimentos públicos, outras economias, para tentar manter a taxa de emprego e o ritmo de crescimento, aumentaram os gastos públicos.

4.2 Técnicos administrativos formados sobre OGE

Jornal de Angola

De 13 de Julho de 2010

Um fórum sobre o Orçamento Geral de Estado (OGE) está a ser promovido, desde ontem, pela Plataformas Mulheres em Acção (PMA), na Administração do Kilamba Kiaxi, em Luanda.

O encontro visa fomentar um maior conhecimento sobre o OGE e os orçamentos de gestão municipais, aumentar a capacidade e conhecimentos dos quadros administrativos locais e as comunidades através da formação e treinamento sobre ferramentas de género.

O fórum é uma continuidade das acções e levantamentos feitos sobre o OGE em 2009, a fim de indicar a necessidade de desenvolver acções a nível das unidades orçamentais.

Verónica Sapalo, coordenadora do PMA, afirmou que do trabalho realizado o ano passado constataram um fraco conhecimento das pessoas entrevistadas sobre

temas como análise do processo do OGE, as ferramentas do OGE, a concepção e o processo orçamental, entre outros.

Verónica Sapalo disse que para muitos cidadãos o OGE é um tema que diz respeito apenas ao Estado. E isto preocupa a Plataforma Mulheres em Acção, que se viu na necessidade de dar alguns seminários às comunidades.

As comunidades dos municípios u do Cazenga e Kilamba Kiaxi são as C primeiras a terem contacto com o tema e, posteriormente, a PMA passa d por outros municípios, como por II exemplo o de Viana.

O contacto foi feito com responsáveis e técnicos das duas administrações municipais e o mesmo visa contribuir para o aumento das capacidades e conhecimentos dos quadros administrativos locais e desenvolver um plano de formações sobre o OGE, na perspectiva de género. a encontro, que encerra hoje, abordou temas ligados ao enquadramento do OGE nas acções de influência com base no processo de desconcentração e descentralização administrativa do Estado, os compromissos dos actores sociais e a concepção do plano de acção e seguimento, bem como o OGE na perspectiva de género.

4.3 Terreno para a requalificação

Semanário Angolense,

17 de Julho de 2010

A mudança imediata do mercado Roque Santeiro é pretendida pela Associação dos Naturais e Amigos do Sambizanga (Akwa-Sambila) e a Administração Municipal para ali serem construídos os edifícios que albergarão os moradores que serão desalojados das primeiras residências e a serem demolidas no âmbito da requalificação desse g histórico bairro de Luanda.

Com o mesmo objectivo, ou seja, receber cidadãos u que sairão dos locais a serem requalificados, prevê-se z; erguer edifícios de três a quatro andares no local onde ainda funciona o «Roque Santeiro», que este ano será transferido para o mercado do Panguila, município de Cacucaco, que já está concluído.

O projecto é gerido por um consórcio constituído pela Akwa Sambila, que tem José Tavares, o administrador municipal, à cabeça, o «Grupo Bahgar», uma empresa egípcia, e a Temples, uma imobiliária lusa.

Fonte deste jornal revelou o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, nascido na Sambizanga, defende que o referido projecto de requalificação seja gerido por pessoas ligadas ao bairro (naturais, moradores, etc.). «O Presidente pretendia que se constituísse a uma sociedade anónima formada por filhos do Sambizanga e esta seria responsável pelo projecto de

requalificação», reiterou.

O presidente da empresa egípcia que vai assumir a d empreitada, Ahmed Bahgat Fattouh, esteve em Luanda no ano passado, tendo dado conferências sobre o projecto e garantido que, em princípio, este deveria arrancar dali há dois meses.

O «Grupo Bahgat» é uma sociedade de direito egípcio que trabalha nas áreas da construção, telecomunicações, indústria, transporte, turismo, e está inserido num grupo internacional instalado em vários países.

Ao contrário do que «algumas pessoas» pretendiam, as futuras casas do Projecto de Requalificação do Sambizanga, que arranca ainda este ano, serão entregues gratuitamente aos actuais moradores.

Segundo as nossas fontes, «algumas pessoas pretendiam que os moradores fossem desalojadas e quem quisesse regressar teria de comprar ou alugar a moradia», mas tal ideia foi reprovada. Por isso, quando o projecto estiver concluído, só sairá do Sambizanga quem quiser.

4.4 Ministros defendem reforma dos cursos no Instituto da Administração

Jornal de Angola,

17 de Julho de 2010

O ministro do Interior, Roberto Leal Ramos Monteiro "Ngongo", procedeu ontem ao lançamento da primeira pedra para a construção de uma escola do primeiro ciclo com 12 salas de aulas, no bairro Paco e Benze, periferia da cidade do Uíge.

A escola vai albergar dois mil alunos e fica concluída em seis meses. É um empreendimento que está a ser executado no âmbito do Programa de Investimentos Públicos.

Segundo o ministro do Interior, Roberto Leal Monteiro "Ngongo", a construção de uma nova escola naquela comunidade, a primeira no bairro após a independência, demonstra a atenção e preocupação do Executivo liderado pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, no sentido de melhorar a qualidade de ensino e a aprendizagem das crianças.

O director provincial do Uíge do Ministério da Educação, Maculo Valentim, considerou a edificação da nova escola uma mais valia, acrescentando que no bairro existem ainda crianças a estudar debaixo de árvores. Está prevista ainda a construção de mais 12 salas de aulas na comunidade, o que vai elevar para 24 o número de salas.

O soba da aldeia, António Ricardo, presente no acto, pediu maior fiscalização da obra. Defendeu que o empreendimento deve ser executado dentro dos prazos contratuais para que no próximo ano lectivo entre em funcionamento.

Presenciaram o acto governador do Moxico; João Ernesto dos Santos "Liberdade", o vice-governador para a Organização e Serviços Técnicos, Nazário Vilhena Bumba, deputados à Assembleia Nacional pelo círculo provincial, professores, alunos, autoridades tradicionais e religiosas. O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, defendeu ontem, em Luanda, a reformulação e preparação adequada de cursos no Instituto de Formação da Administração Local (IFAL).

Bornito de Sousa, que falava na abertura da conferência sobre "a desconcentração administrativa em Angola e a ajuda que as tecnologias de informação podem oferecer ao desenvolvimento deste processo", anunciou para os próximos dias, a nomeação de uma nova direcção para o Instituto de Formação da Administração Local.

O ministro da Administração do Território disse que a reformulação e preparação adequada dos cursos no Instituto de Formação da Administração Local visa dar novo dinamismo à instituição que tem nível médio.

Bornito de Sousa lembrou, na B ocasião, que ao Ministério da Administração do Território cabe assegurar uma melhor organização e funcionamento da administração local do Estado, a promoção e boa gestão dos municípios e cidades e o nível de vida das populações.

Apontou ainda como tarefas do Ministério da Administração do Território, a preparação do funcionamento das autarquias locais, a cooperação nos processos de organização das eleições e um maior envolvimento nas questões relacionadas com as autoridades e comunidades tradicionais.

Nestas tarefas, o ministro disse contar com a colaboração do Instituto de Formação da Administração Local, a quem cabe promover a formação de dirigentes, responsáveis e de quadros ligados à administração local, e ainda a realização de consultorias nas diversas áreas.

Bornito de Sousa referiu que a conferência marca o momento de partida para o novo funcionamento do Instituto de Formação da Administração Local. Aos administradores municipais e governos provinciais, Bornito de Sousa pediu maior colaboração e a apresentação de propostas sobre os cursos ministrados no Instituto de Formação da Administração Local.

A conferência, em que participaram os administradores municipais e responsáveis do Ministério da Administração do Território, foi promovida pelo Instituto de Formação da Administração Local em parceria com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para Desenvolvimento (AECID).

O encontro enquadra-se no projecto de fortalecimento institucional do Instituto de Formação da Administração Local, desenvolvido pela Cooperação Espanhola, desde 2009, com o objectivo de melhorar a

estrutura de apoio à formação dirigida às administrações locais.

Descentralização administrativa

O embaixador da Espanha, José Maria Castroviejo y Bolívar, afirmou que a descentralização pode ser um valioso instrumento de realização dos objectivos de desenvolvimento, desde que responda às necessidades das comunidades.

O diplomata considera que quanto melhor estiverem formados os agentes e quadros da administração local, mais eficaz é o processo de desconcentração e de descentralização.

Defendeu a promoção da participação social e política dos cidadãos na gestão transparente e efectiva dos recursos públicos, através de Conselhos de Auscultação e Concertação Social.

O embaixador anunciou que a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) disponibilizou mais de seis milhões de Euros para permitir que o Instituto de Formação da Administração Local (IFAL) desenvolva projectos com vista ao fortalecimento institucional dos municípios do país.

4.5 Orçamento Geral do Estado em análise na perspectiva de género

Semanário Angolense,

De 24 a 31 de Julho de 2010

A coordenadora da Plataforma de Mulheres em Acção, Verónica Sapalo referiu, em entrevista ao Angolense, informou que o objectivo do seminário é dar conhecimento básico sobre a política e estrutura do Orçamento Geral do Estado (OGE), mostrar a importância da integração da perspectiva de género no referido documento de vital importância para o país bem como olhar para a sua execução.

A PMA realizou já várias palestras do género nas comunidades. "Nós fizemos algumas pesquisas e debates com certas comunidades e vimos que as pessoas têm fracos conhecimentos sobre os seus direitos. A maior parte do exercício de suas actividades está direccionada ao sector informal, o que quer dizer ainda temos muita população fora do sistema formal porque o custo de vida exige", realçou a coordenadora da associação.

A Plataforma de Mulheres em Acção é uma organização da sociedade civil angolana que se bate pela igualdade no género e participação da mulher na vida pública do país e tem contado com o apoio de diversas entidades como o Grupo de Mulheres Parlamentares, da Ajuda Popular da Noruega (APN), o Programa de Apoio aos Actores Não Estatais, assim

como a Fundação Open Society.

Fazendo uma análise do trabalho desenvolvido até aqui, Verónica Sapalo revela satisfação. "Estamos a ter resultados satisfatórios na luta de informar para formar a sociedade civil quantos aos seus direitos, quanto ao que lhes é assistido por lei e que não fazem uso por falta de conhecimento", frisou a mesma, para mais adiante acrescentar que espera que deste trabalho resulte "uma sociedade civil mais informada e mais organizada.

A coordenadora da PMA terminou a sua explanação com um pedido ao Governo angolano: "Eu apelo ao executivo que dê oportunidade aos membros da sociedade civil de acompanharem os processos na feitura e na sua execução daquilo que estiver estatuído como norma em termos de documentos políticos no que diz respeito ao Orçamento Geral do Estado". Tendo em conta a importância das acções de formação nas comunidades contamos continuar a abordar este assunto em próximas edições.

4.6 Governo pagou menos do que 15% da dívida interna

Semanário Angolense

De 24 de Julho de 2010

Números de um comunicado oficial que o Ministério das Finanças deveria ter emitido ontem, sexta-feira, 23, indicam que depois de, em Junho, a instituição ter iniciado o pagamento da dívida pública para com fornecedores residentes, mil milhões de dólares haviam rolado por cima da mesa.

Isso mesmo vem inserto num comunicado antecipadamente fornecido ao *Semanário Angolense*, já sobre o fecho desta edição, um documento em que se acrescenta que apesar dos ressarcimentos estarem ainda cifrados em mil milhões de dólares, a verdade é que a dívida total reclamada soma nove mil milhões de dólares, quando, na verdade, a apurada é de apenas 6.800 milhões de dólares.

Estes números significam que, em cerca de dois meses, desde que iniciaram os pagamentos, o Governo desembolsou apenas 11 por cento do total reclamado e 14,7 por cento do total apurado, um ritmo que, a manter-se, prolongaria o processo por mais sete meses, na melhor das hipóteses.

Informações obtidas por este jornal dizem que, afectivamente, o Governo pretende concluir tais pagamentos até ao primeiro trimestre de 2011 e que pretende fazê-lo na totalidade.

Um programa definido pelo Governo para regularizar os atrasados de 2008 e 2009 estabelece que as dívidas do Governo do equivalente até aos 30 milhões de dólares sejam integralmente pagas, já.

Mas serão pagos apenas 30 milhões de dólares para dívidas situadas acima dessa soma e abaixo dos 75 milhões de dólares, assim como apenas 40 por cento das dívidas equivalentes a mais 75 milhões de dólares.

Uma quarta categoria de pagamentos incidirá sobre o total do remanescente das dívidas superiores a 30 milhões de dólares, cuja conclusão o Governo programou para o primeiro trimestre do próximo ano,

Em Maio, quando as questões da dívida passaram para as páginas da imprensa, o ministro chefe da Casa Civil da Presidência da República, Carlos Feijó, anunciou um faseamento dos pagamentos que se vê agora que não era definitivo.

Carlos Feijó falou em categorias designadas por montantes inferiores e, também, na possibilidade da conversão de parte das dívidas mais altas em títulos públicos.

Com os pagamentos em curso,

Ministério das Finanças advertiu, entretanto, os gestores orçamentais e às empresas com o que constitui um autêntico «murro na mesa» destinado a por ordem sobre assuntos como o rigor e a transparência na execução orçamental, e o regime de contratações.

Fontes deste jornal disseram que o objectivo é pôr termo a uma série de práticas dos gestores orçamentais que se confundem com os erros e vícios do passado que o Presidente da República pediu, no empossamento do Governo em funções, no início do ano, que fossem abandonados.

No início do ano, depois da aprovação da Constituição, José Eduardo dos Santos reafirmou a sua política de tolerância zero em relação aos «erros e vícios do passado», determinando um novo começo, com a adopção de novos métodos de trabalho, outra disciplina, nova consciência e um perfil do servidor público mais adequado às suas responsabilidades.

Entre os erros e vícios que o novo executivo quer combater, salientam-se a não apresentação ou a apresentação irregular das necessidades de recursos financeiros por parte das unidades orçamentais; a contracção de dívidas à margem das regras estabelecidas; a remissão de facturas ao Ministério das Finanças para pagamento; e até a emissão de ordens de saque em nome próprio

Ao comentar isso para o *Semanário Angolense*, uma fonte notou no facto de o Orçamento Geral do Estado (OGE) ser uma previsão, «pelo que as despesas nele incluídas podem ser iguais, superiores ou inferiores às receitas arrecadadas efectivamente».

«Por isso», prosseguiu, «a execução do OGE deve ser feita com base na Programação Financeira do Tesouro, que é trimestral, e nos Planos de Caixa, que, são mensais. As unidades orçamentais devem, portanto, remeter ao ministério das Finanças, trimestralmente, as suas Necessidades de Recursos Financeiros, as quais

devem estar de acordo com a Programação Financeira do Tesouro por ser esta que estabelece o limite das despesas que as unidades orçamentais devem cabimentos em cada trimestre».

Ao descrever estes factos e comportamentos, a fonte apontou, como sendo um dos vícios persistentes entre os gestores orçamentais, o endividamento continuado com o argumento de que o seu orçamento lhes permitia realizar certas despesas, responsabilizando o Ministério das Finanças por não disponibilizar os fundos previstos no OGE.

Outro são as irregularidades contratuais, como a celebração de contratos sem orçamentação prévia, a existência de contratos não aprovados pela entidade competente ou de contratos não visados pelo Tribunal de Contas, a contratação em moeda estrangeira com residentes cambiais ou o estabelecimento de down payments superiores aos 15 por cento regulamentados.

O Ministério das Finanças resolveu reagir para pôr cobro a este estado de coisas impondo acções de reorganização e melhoria da gestão financeira pública já adoptadas, destacando-se as Regras de Execução do Orçamento Geral do Estado de 2010, aprovado por decreto presidencial aos 24 de Março, conjugado com o Decreto Presidencial nº 31/10, sobre o regime dos Investimentos Públicos, entre as quais se incluem disposições decorrentes das recomendações emitidas pela Ernest & Young, a multinacional de consultoria contratada para apoiar o executivo angolano na reorganização das finanças públicas.

Está também a ser preparado um Seminário de Alta Direcção, dirigido aos ministros, secretários gerais e directores dos gabinetes de Estudos e Planeamento de todos os departamentos ministeriais, assim como gestores de outras instituições definidas como unidades orçamentais, para sensibilizá-los e capacitá-los a adoptar as práticas de gestão orçamental universalmente correctas e aceites.

4.7 ONG'S vão financiar partidos políticos

Semanário Angolense,

De 23 a 30 de Julho de 2010

Várias Organizações Não Governamentais (ONG'S) internacionais e nacionais poderão desembolsar somas avultadas em dinheiro para apoiar os partidos da Oposição em Angola.

Uma fonte, que confidenciou a informação ao Factual, revelou que algumas ONG'S já operam em Angola, enquanto outras poderão dar este apoio a partir do exterior.

Alguns líderes de partidos políticos, segundo soube o Factual, foram já contactados e estão a estudar os

procedimentos de como utilizar tais valores.

"O montante será controlado pelas ONG'S ", revelou a fonte, sublinhando que grande parte do dinheiro vai ser aplicado nas zonas vulneráveis com aquisição de medicamentos, roupas usadas e na divulgação sobre a importância da democracia.

Para a mesma fonte, os apoios financeiros que serão destinados aos partidos têm como objectivo lutar contra as acções do governo.

De acordo com a fonte, várias fundações de referência estão já a trabalhar com os partidos políticos, explicando que

"as operações serão feitas a partir do exterior para melhor controlo das verbas".

Para alguns críticos, esse dinheiro que as ONG'S vão traficar patos, roupas usadas e na divulgação sobre a importância da democracia.

Para a mesma fonte, os apoios financeiros que serão destinados aos partidos têm como objectivo lutar contra as acções do governo.

"Muitas Organizações Não Governamentais disfarçadas fazem trabalho sujo", afirmou a fonte, alegando que o Executivo angolano tem prestado apoio aos partidos políticos legalizados e com assento no Parlamento.

A mesma personalidade referiu ainda que várias Organizações Não Governamentais que trabalham em Angola têm criado embaraços agitando a população a rebelar-se contra o Governo.

Entretanto, a alínea h do ponto 2 do Artigo 17.0 da nova Constituição sublinha a "Proibição de recebimento de contribuições de valor pecuniário e económico, provenientes de governos ou de instituições governamentais estrangeiros

5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Polícia e Jornal Inforsambila não falam a mesma língua

O Independente

De 17 de Julho de 2010

A falta de esclarecimentos sobre o assalto ao escritório do jornal comunitário Inforsambila, ocorrido dia 24 de Junho último, conforme publicou O INDEPENDENTE, na sua edição da semana passada, está a criar um clima de suspeição quanto a seriedade do trabalho do Comando da Polícia Nacional no Sambizanga.

O comandante da Divisão do Sambizanga, Manuel Gonçalves, em entrevista a um órgão de informação da capital, disse que o equipamento roubado no escritório do Jornal Inforsambila já foi encontrado e entregue aos seus proprietários. Referindo-se à onda de assaltos na comuna do Ngola Kiluanje, em particular, e no município em geral, disse que a polícia está a trabalhar e não está descansada.

No entanto, a informação do comandante da Divisão do Sambizanga foi contrariada pela direcção do Jornal Inforsambila, que se diz agastada pelas voltas que a polícia está a dar para o esclarecimento do caso. Segundo André Kivuandinga, chefe de redacção da publicação, indigitado para acompanhar directamente o caso, disse que até ao momento (quarta feira, dia 08) a polícia não esclareceu o caso e muito menos devolveu o equipamento que diz ter recuperado da mão dos meliantes.

"A única informação que temos da polícia é que há detidos no caso "roubo dos computadores", cujo processo é o nº 2101/2010, mas nunca vimos a cara destes nem nos dizem como podemos reaver os nossos meios. Sabemos também de fontes não oficiais que o julgamento dos mesmos já terá acontecido, o que a ser verdade levanta muitas suspeitas quanto ao trabalho que a polícia está a efectuar, visto que nós, enquanto instituição interessada no processo, não fomos notificados para assistirmos ao julgamento.

Quem nos garante que os autores do roubo estão presos?", questionou-se o representante do Inforsambila, que acrescentou: "vamos esperar que a polícia esclareça o caso, mas a única verdade é que o Inforsambila ainda não tem os computadores de volta e por isso está paralisado", concluiu.

Importa referir que nos últimos dias os assaltantes tomaram conta da comuna do Ngola Kiluanje, onde

roubam, assaltam e violam mulheres indefesas no período nocturno.

Os casos mais recentes foram a morte a tiro de um jovem no bairro Porto Pesqueiro, e os assaltos ao supermercado Mucoso, no bairro São Pedro da Barra, onde os delinquentes roubaram dezenas de botijas de gás e, ainda no mesmo local balearam o senhor Carvalho, a escassos metros da porta da sua casa, quando saía do mercado Roque Santeiro, onde faz câmbio de moedas.

Com 13 bairros, a comuna do Ngola Kiluanje é o maior do município do Sambizanga e conta apenas com duas esquadras policiais, a 10a e na, que têm se mostrado incapazes de cobrir os treze bairros em toda a sua extensão.

Até ao fecho desta edição do jornal, a nossa equipa de reportagem procurou contactar o comandante da polícia daquela circunscrição, o superintendente-chefe Manuel Gonçalves, para mais informações, mas sem sucesso.

5.2 Administração municipal e empresários juntos para organizar o comércio

Semanário Factual

De 16 à 23 de Julho de 2010

O presidente do fórum dos empresários de Viana, Paulo Vaz, "Pivas", como é gentilmente chamado, aclarou que a iniciativa se insere no âmbito do Conselho Municipal de Consulta e Auscultação.

"O fórum vai permitir, entre outras questões, saber quanto somos, o que estamos a fazer e, de um modo geral, evitar-se aquilo a que se pode chamar de comércio selvagem, tendo em conta o exponencial crescimento do município de Viana. É necessário que haja esta conjugação com a administração municipal e as estruturas locais do sector", esclareceu.

À frente de um dos mais concorridos estabelecimentos comerciais do município de Viana, um minimercado denominado "VIANENSE", "Pivas" defende ser "necessário juntar sinergias para reorganizar o comércio e não se pensar que esta responsabilidade cabe apenas às estruturas governativas, a nível central ou local".

Salientou que "foi com este propósito que a administração municipal de Viana e as estruturas do comércio se juntaram aos empresários locais e "criaram, no quadro do Conselho de Auscultação, o referido fórum, rujas primeiros passos vão sendo dados bilateralmente".

Na opinião do jovem e empreendedor empresário, apesar de não ter ainda sede própria, o fórum, que reúne os empresários vianenses do sector do comércio, veio criar outra expectativa e grande animação nos

investidores".

"Desde a sua criação, a conversa privilegiada entre os membros do fórum, inclusive em encontros ocasionais, versa sobre a necessidade de maior dinâmica para fazer face ao exponencial crescimento do município", sublinhou.

Paulo Vaz enalteceu os esforços da administração de Viana em tratar com o empresariado local as questões ligadas ao sector do comércio, para além dos grandes desafios para criar estabilidade nas novas urbanidades.

Comércio retalhista para nacionais

Numa abordagem mais sucinta sobre o sector, particularmente no município de Viana, Paulo Vaz, assinalou que, à semelhança do resto do país, o comércio local é dominado por expatriados.

Defendeu que "o comércio retalhista deveria ser exercido essencialmente por cidadãos nacionais ao contrário do domínio avassalador dos expatriados".

"Pivas" manifesta-se contrário que 75 por cento do comércio retalhista seja exercido por expatriados, "com o beneplácito e complacência de muito boa gente".

O empresário esclareceu não se tratar de estar contra quem quer que seja, mas julga que o comércio retalhista é uma actividade sobretudo para os nacionais, desde que dêem provas de competência e sejam devidamente apoiados, particularmente em termos financeiros.

"A concorrência com os colegas expatriados é bastante desigual na medida em que estes contam, quase sempre, com o apoio das instituições financeiras dos seus Estados, venceu "Pivas".

Ele critica os cidadãos nacionais que possuem estabelecimentos e documentação para exercerem a actividade e os alugam a expatriados

Paulo Vaz "Pivas" salientou haver muitos expatriados a exercerem o comércio entrando pela "porta do cavalo", furtam-se aos impostos e pagam aos trabalhadores nacionais salários irrisórios.

"Grande parte destes empresários não têm os seus trabalhadores inscritos na segurança social, o que acaba por acarretar encargos, de futuro, enormes para o Estado angolano", denunciou.

Na sua opinião, "ao dar aluguer a estabelecimentos ou permitir que exerçam actividades comerciais com a nossa documentação estamos a ser cúmplices desse crime, punível nos termos da legislação vigente em Angola".

De igual modo, "Pivas" afirmou que, pela forma como surgem do dia para a noite estabelecimentos de venda em quintais, ou outros locais, apercebe-se facilmente que estes estão apenas preocupados com o lucro, sem garantir nada como retomo para o país.

"Raramente constroem de raiz, preferindo o aluguer de instalações", assinalou, referindo-se à proliferação de cantinas e outras lojecas em tudo quanto é canto.

Indústria de Viana produz qualidade

Referindo-se ao parque industrial instalado no município de Viana, um dos mais importantes do país, Paulo Vaz reconheceu ter passado já os piores tempos e ganha novo fôlego com o advento da paz.

"Com a construção de novas indústrias, a Zona Económica Especial (Zee), o novo Aeroporto Internacional e novas urbanidades, o município de Viana vem conhecendo um exponencial crescimento nos mais variados domínios", assinalou, com satisfação, o empresário.

Para "Pivas", a produção da indústria vianense tem qualidade para concorrer com os produtos vindos do exterior, sendo, alguns casos, até superiores.

Por outro lado, o empresário reconheceu haver já maior envolvimento da Banca nacional em apoiar financeiramente o sector do comércio privado, algo que tem merecido a aprovação dos seus colegas, inclusive anível do município de Viana.

De referir que o município de Viana é, neste momento, o segundo mais populoso da província de Luanda, antecedido apenas pelo do Cazenga onde vivem três milhões de habitantes.

6 URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Áreas licenciadas para construção diminuem na província de Luanda

Jornal de Angola

De 02 de Julho de 2010

O número de novas áreas licenciadas para a construção na província de Luanda registou, em 2009, uma queda de cerca de 50 por cento comparativamente a 2008, disse, ontem, à Angop, uma fonte oficial.

O director do Instituto de Planeamento de Gestão Urbana de Luanda afirmou terem sido licenciados, no ano passado, 569.585 metros quadrados de áreas para construções.

Hélder José referiu que o sector da habitação continua a ser o que regista maior área de construção, 407.779 metros quadrados, seguida da área do comércio e serviços, 68.208, turismo, 65.843, e indústria, 27.755.

O município que absorveu a maior área de construção foi o da Samba, com 37 por cento do total de licenças emitidas, seguido do da Ingombota, com 34 por cento.

A Maianga, disse, caracteriza-se pela construção de edifícios destinados ao comércio e serviços e o Rangel, Kilamba Kiaxi e Cacucaco pela de novos edifícios para habitação.

O município Viana regista crescimento do sector industrial, além de áreas habitacionais.

6.2 Especulação imobiliária em Angola constitui um desafio para o Governo

Jornal de Angola

De 02 de Julho de 2010

O fim da especulação de preços, que se regista no sector imobiliário em Angola, constitui um dos maiores desafios do Governo para facilitar o acesso à casa própria por parte da população, disse, quarta-feira, a vice-ministra dos Transportes, Carla Ribeiro.

Em declarações à Angop, à margem da III conferência sobre "Os grandes desafios do direito imobiliário à luz da legislação angolana e do direito comparado", Carla Ribeiro afirmou que a "anarquia" no sector imobiliário interfere em todo o processo tendente à melhoria das

Condições de habitação para a população.

Para a vice-ministra, o desenvolvimento do país depende principalmente de infra-estruturas de níveis industriais, o que passa necessariamente pelo sector imobiliário e este pressuposto deve representar uma prioridade para o Estado.

"A actuação do Estado através de instrumentos legais que pautam pelo rigor e disciplina serviria para reestruturar a visão de planeamento", acrescentou.

O encontro contou com a participação de técnicos do Ministério do Urbanismo e Construção, arquitectos, advogados, estudantes universitários e administradores municipais.

6.3 Arranca auto construção dirigido em Malanje

Novo Jornal,

De 9 de Julho de 2010

A Administração Municipal de Malanje começa a distribuir este mês 500 lotes de terreno, dos 1600 disponíveis para autoconstrução dirigida, na Reserva Fundiária do Estado (RFE) localizada no bairro da Catepa, sete quilómetros a sul da cidade capital.

O administrador municipal em exercício, arquitecto Gabriel Pontes, em declarações à rádio estatal, confirmou que a distribuição será contínua.

"Neste momento estamos a fazer a confirmação das listas, tendo em conta os pedidos já recebidos em anos anteriores. Não se trata de pedidos recentes, estamos a basearmo-nos em pedidos de há 2/3 anos. Essas pessoas fizeram os pedidos e não foram contempladas, e esta é a prioridade", explicou o administrador municipal.

As primeiras listas com cerca de 500 nomes ordem alfabéticas estão afixadas num dos espaços da Administração Municipal, critério idêntico a ser utilizado na entrega das parcelas de terras, que serão comercializadas a Akz 25/ m2 depois de cumpridos todos os procedimentos administrativos. Os antigos combatentes e veteranos de guerra e outros grupos vulneráveis da população, segundo o administrador em exercício daquela municipalidade, arquitecto Gabriel Pontes, conformam o grupo de prioritários. A Reserva Fundiária do Estado, parte direita do bairro da Catepa, corresponde a 2.600 hectares e foi o local escolhido pelas autoridades administrativas para o programa de autoconstrução dirigida, enquanto para o processo de crescimento urbanizado da cidade capital, onde se pode divisar o condomínio de médicos, o bairro da juventude, o mercado municipal, para além de outras infra-estruturas, foi projectada a faixa esquerda.

O arquitecto Gabriel Pontes referiu ainda que o plano

urbanístico da futura cidade moderna visa levar aos municípios todas as condições básicas (escolas, clínicas, creches, estradas, energia e água, shoppings) para melhorar o seu bem-estar.

Os membros do executivo de Boaventura Cardoso, reunidos na sua terceira sessão ordinária, no último dia do mês de Junho, foram informados do processo de distribuição das referidas parcelas de terrenos e das intenções de investimento público e privado no sector imobiliário do governo daquela província, de forma a conter construções anárquicas nas reservas Fundiárias do Estado.

Os moradores do bairro da Catepa instaram recentemente as autoridades do município sede, em relação ao tratamento que será dado às obras levantadas no espaço agora designado como RFE.

6.4 Desespero e favores quanto basta

A Capital

De 10 à 17 de Julho de 2010

Todos os dias deparamo-nos com pessoas postadas à porta de empresas de construção. Alguns aflitos à procura de emprego, outros desgostosos e desesperados por o terem perdido, sem terem como sustentarem a si e os seus, outros ainda esperançosos, aguardando pela sua readmissão que tarda a chegar. O que é certo é que, grande parte dos que perderam o emprego, vivem na amargura de o terem perdido.

É caso paradigmático de Adão André, 28 anos, foi despedido, depois de 1 ano e 9 meses de trabalho, da empresa Queiroz Galvão, onde ocupava o posto de ajudante de construção civil. Tal como muitos dos seus colegas não foi ressarcido.

«Eles foram maus. Depois de tanto tempo, nem se importaram de saber como vamos ficar», reclamou André, visivelmente indignado.

A partir daquele momento o jovem ajudante viu-se mergulhado no poço do infortúnio e do desespero: os Kz 18 mil e 500 que com horas extras chegava a 24 mil Kz, esfumaram-se num ápice, porquanto os patrões rejeitaram, categoricamente, em pagar os meses «difíceis» em que trabalhou.

Empresas como a Queiroz Galvão, Camargo Correia, Odebrecht, GDK, paralisaram as obras de construção civil pela cidade e não só, em Abril do ano transacto, facto que esteve na base do despedimento em massa do pessoal. Como motivo principal para a demissão destas pessoas, estão em causa vários motivos que, os afectados consideraram ser «desculpa esfarrapada», desde a falta de condições para manter o pessoal na firma, por escassez de verbas. A principal causa apontada é o atraso do Governo, em honrar com os pagamentos das

obras existentes na cidade.

Construtoras não indemnizam trabalhadores despedidos

«Quando nos recrutaram, será que não pensaram nos problemas que teriam?! Porque despedir chefes de famílias repentinamente», exclamo um dos desempregados.

Hoje André vive desesperado à procura de outro emprego, por não ter meios para se sustentar, vive em casa do irmão com a esposa, sua cunhada e dois filhos. Conta que, a vida não tem sido fácil. «Todos os dias, penso o que vou fazer da vida, sem um emprego seguro, indignado com a forma como foram demitidos da empresa.

Entre os afectados estão motoristas, operadores de máquinas, pedreiros e ajudantes de construção civil, pessoal da limpeza e afecto à segurança das instalações, onde tudo ficou paralisado.

«Não tenho um número exacto, mas somos muitos cerca de cem pessoas, em cada área», detalhou.

Adriano Santinho, 29 anos reside em uma casa de renda, na companhia da esposa e três filhos, e para sustentá-los tem que fazer das tripas o coração, dentre as formas que encontra está os biscates (serviços de pedreira e pintura), para evitar que a sua família passe necessidades, com o pouco que ganha tudo faz para aguentar as despesas.

«Quando aparece qualquer coisa faço, mas o dinheiro nem sempre chega. Dou sempre no duro, para não faltar nada à minha família», referiu.

Apesar de ter trabalhado na firma como o contrato foi assinado, Adriano explica que não gozavam de certas regalias, impostas pelos empregadores no acto da assinatura dos mesmos, sendo que «por vezes tínhamos que nos submeter a normas exageradas», esclareceu ao adiantar que as contas do despedimento foram feitas na janela, na medida em que o pessoal foi aparecendo no local de trabalho.

«Todas as pessoas, quando saem para trabalhar, têm um objectivo e nós queremos sustentar as nossas famílias», enfatizou

Pedro, ex-funcionário da empresa GDK, também de construção civil, conta que em Abril do ano passado chegou ao local de trabalho e mandaram-lhe, directamente, para o departamento de recursos humanos para fazer as contas, com a justificação que estavam a diminuir o pessoal, por falta de condições para pagarem os salários nos próximos meses.

«Trabalhava por contrato por tempo determinado e pelo nada mandaram-me para casa».

Pedro Malaquias, 32 anos vive no bairro da Petrangol e trabalhou na Camargo Correia, também viu a porta se lhe fechar e certificou que alguns funcionários foram recompensados pelo tempo de trabalho. Só que tinha um senão: apenas os que apresentaram o uniforme e o

material de auxílio na execução das tarefas.

«A rescisão do contrato foi repentina. Alguns foram indemnizados, mas só para os que entregaram o equipamento todo de trabalho», realçou.

Com poucas soluções para levar a vida em frente, Pedro montou uma barraca á entrada de casa, onde revende produtos não perecíveis, como "arroz, feijão, óleo alimentar e bolachas, entre outros bens alimentícios". Mas, para ele resta a esperança que um dia vai poder recuperar o lugar, considerando-o não ser dos melhores. Mas ql1e dava para aguentar a vida.

Sempre expectante, «todos os dias bato a porta da empresa. Não ganhava muito, mas era melhor que vender», lamentou.

Caso há de pessoas que não aceitaram receber a indemnização em alimentos, em jeito de protesto. Assim foi o caso de Marcolino Luís, 30 anos, ao invés de receber em numerários, por várias vezes recebeu alguns géneros alimentícios, como forma de pagamento pelos serviços prestados». É esta situação que o sindicato tem tentado precaver, através de campanhas informativas para a urgente mudança de atitudes dos trabalhadores.

Os episódios de despedimentos são muito frequentes nas empresas de construção civil, principalmente, quando os trabalhadores reclamam. As consequências são totalmente drásticas, com apenas duas finalidades: a diminuição do salário ou até mesmo o despedimento imediato, muitas vezes sem indemnização do pessoal.

Mulher foge marido por falta de rendimentos

Este caso viveu Júlio Manuel, 27 anos, que exercia a função de armador de ferro, na empresa Queiroz Galvão. A fonte explica que, na empresa na referida empresa por largos meses, num regime contratual de periodicidade trimestral renovável. As consequências são graves para os trabalhadores, abalando as suas próprias famílias. Júlio Manuel perdeu a mulher, por estar desempregado, pois que a sua companheira o deixara, por não ter condições de sustentar os filhos.

«Estar nestas condições está a me custar muito caro. Estou longe dos meus filhos, por não conseguir sustentá-los, não tenho sossego», lamentou.

Durante o dia, Júlio fica em casa dos amigos e ao anoitecer procura um lugar para dormir, porque as coisas começaram a apertar desde que foi despedido.

«Estou a viver de favores», disse.

Para Manuel, outro desempregado, menciona que as desculpas são as mesmas. «A empresa sofreu baixas e têm que reduzir pessoal», quando se trata de pagar os funcionários. Apesar de estar a viver em casa própria, esclareceu que enfrenta muitas dificuldades, quando não se tem onde tirar para comer e, neste momento, está parado, sem saber o que fazer, estando ainda a sofrer todas as consequências deste brusco desemprego.

«Fiquei sem saber como assumir as minhas responsabi-

lidades." Tal como os seus colegas, Manuel garante que "o que recebia era pouco, mas dava para tapar muitos buracos».

Esperançoso e sem saber o que fazer, mostrou-se insatisfeito com 11 forma dos despedimentos. «Achamos que foi uma injustiça. Deviam afastar-nos e quando estava tudo bem. Podíamos retomar sem problemas». Os ex-funcionários, de uma forma geral, expõem as suas preocupações que são muitas, mas que ninguém dá a devida atenção. Dirigem-se na maior parte dos casos á UNTA, mas revelam que não acreditam na eficiência da União dos Trabalhadores, Sentem-se como se estivessem na estaca zero, em termos de protecção sindical. «Não acreditamos na UNTA, porque pensamos que estamos a ser enrolados e que o Estado é que determina isso», elucidou.

Neste momento a maior parte das empresas está a fazer recrutamento de novos funcionários e quase todos os nossos interlocutores pernoitam à porta das construtoras, de forma a conseguirem os seus lugares de volta, apesar de haver poucas garantias de sucesso, admitindo que vão continuar a insistir pelo posto de emprego, até conseguirem uma vaga que consideraram ser deles por direito, visto que já funcionaram nestas empresas.

6.5 Quem estará a tentar enfiar um barrete

A Capital

De 10 à 17 de 2010

Sem uma fiscalização rigorosa, de forma a medir, sobretudo, a qualidade do material empregue, várias serão as obras algumas já entregues, outras por entregar, que poderão conhecer o mesmo caminho do «Hospital da Camama», que «morreu» antes mesmo de atingir os cinco anos de vida.

Informações obtidas por este jornal, de fonte fidedigna, dão conta que, por exemplo, que os prédios que se encontram a ser erguidos, ao longo do troço Cazenga/FILDA, do Caminho-de-Ferro de Luanda, com objectivo de servir o projecto de oferta de habitação social à população carenciada, enferma de gritantes erros técnicos, que a poderão dotá-los de um tempo de vida bastante curto.

Apesar do seu rápido avanço, tal é o ritmo formiga que caracteriza a sua construção, o projecto estava, inicialmente, destinado a receber os populares desalojados de algumas zonas do município do Cazenga, alvos do processo de requalificação do município, embora agora se desconheça quais serão os seus reais beneficiários.

Contudo, não é este facto que preocupa os especialistas. O que preocupa, na verdade, é o facto de, além do seu ritmo acelerado, as estruturas que

asseguram os prédios, construídos em banda, ser constituídas por blocos de alvenaria, com o reforço de varões de ferro, com diâmetro considerado insignificante, para aquilo que é a dimensão da construção, quando o sensato seria a mesma contar com pilares convencionais de cimento armado, geralmente à base de betão e ferro.

Pode-se a partir desses pressupostos aferir que os referidos prédios poderão conhecer, senão tanto, um tempo bastante curto de vida, no que, a acontecer, poderá repercutir-se num «elefante branco».

Contudo, essas são apenas as partes visíveis do que se pode considerar um iceberg, que caminha lenta, mas como que a transportar consigo uma mensagem de futuros dissabores. E outros exemplos, esses, são que não faltam. Aliás, contam-se aos magotes. Por exemplo, ruas há, como a Soba Mandume, a antiga Avenida Brasil, município do Rangel, e estradas do bairro Palanca, ao Kilamba Kiáxi, reabilitadas em tempos não muito recuados, têm suscitado uma série de protestos por parte dos moradores e, sobretudo, automobilistas, devido à presença de enormes buracos, além da ausência de sistemas de esgotos em grande parte das mesmas, nos dois lados da via, para o devido escoamento das águas residuais e pluviais.

As obras ao longo da avenida Hoji-ya-Henda é conhecida, principalmente, na época chuvosa, altura em que se transforma numa «piscina gigante» a céu aberto, mesmo tendo registado obras de reabilitação recente. A verdade é que, nos dias que correm, os buracos tomaram-se tão profundos, facto que tem obrigado os automobilistas, sobretudo, autênticas acrobacias para vencer as dificuldades que se lhes cruzam o caminho diariamente, com prejuízos de monta para as viaturas.

6.6 Programa de fomento habitacional está em marcha

Jornal de Angola

De 13 de Julho de 2010

Nos últimos anos, o Executivo tem desenvolvido inúmeros projectos sociais. A reportagem do Jornal de Angola no Kwanza-Norte ouviu o director provincial do Urbanismo e Habitação, Erlindo Lidador, sobre o programa de fomento habitacional e sobre o processo de criação de reservas fundiárias para o programa nacional de habitação e para a auto construção dirigida.

Jornal de Angola – Qual é o estado actual do programa de fomento habitacional na província do Kwanza-Norte?

Erlindo Lidador – Os trabalhos estão paralisados, embora as áreas para os programas de urbanização estejam identificados. Entre Setembro e Novembro do

ano passado os terrenos estavam prontos para o arranque da fase seguinte, mas tivemos de parar devido à crise que atingiu as empresas de construção que movimentam grandes máquinas.

JA – Em que pé se encontra o processo de criação das reservas fundiárias?

. EL - As reservas criadas e aprovadas já existem, inclusivamente foram registadas na Conservatória, nomeadamente nos municípios de Cazengo, Lucala, Bolongongo e Samba Caju. São ao todo 104 hectares. Os trabalhos continuam e temos sob controlo mais de quatro mil hectares de áreas identificadas em nove dos dez municípios da província, faltando somente Kiculungo. Estamos a trabalhar nos 300 hectares que são subvencionados pelo Executivo no município de Cazengo, onde temos duas áreas identificadas, Cato me de Baixo e Camuaxi, cujos planos de urbanização estão já definidos. Cato me de Baixo tem Um total de dois mil lotes definidos e Camuaxi 100 hectares disponíveis. Estas áreas foram objecto de apresentação no município do Cazengo e contam com e 1.500 parcelas para posterior entrega à população.

JA - Os lotes têm infra-estruturas?

EL - Em 300 hectares estão definidos os loteamentos e as infra-estruturas. Quando a população tiver a sua parcela, encontra as infra-estruturas básicas, fundamentalmente a energia e água, para que o processo de construção de casa decorra normalmente.

JA - Quando começa a entregar dos terrenos do programa de auto construção dirigida?

EL – Nós têm registado 3.500 pedidos só no município do Cazengo onde o programa já tem passos dados. Estes pedidos estão registados e os lotes podem ser distribuídos logo que estejam criadas as condições técnicas. A crise obrigou à paragem dos trabalhos, mas estamos em crer que brevemente estão criadas as condições de entrega dos terrenos. As parcelas de terra de Katome de Baixo e Camuaxi, estão com os planos definidos, os pedidos estão registados, só estamos a aguardar que as coisas retomem para que as populações tenham as suas parcelas e se cumpram os outros requisitos que são os contratos com os bancos e a identificação da planta para proceder à construção das casas.

JA - Quando começam a distribuir os materiais de construção?

EL - Os materiais são distribuídos pela Comissão Provincial de Implementação do Programa de Fomento Habitacional e de acordo com os pedidos que estão registados.

JA - Que materiais de construção são distribuídos?

EL - Louças sanitárias, portas e janelas. Logo que o candidato cumpra as formalidades administrativas e os compromissos com o banco as brigadas ou as empresas construtoras começam a construir a casa. Vamos organizar o processo de forma que os candidatos, particularmente aqueles que não têm casa e os que vivem em casas de adobe, possam recorrer ao programa para terem uma casa condigna.

JA - Que critérios são utilizados para a cedência dos terrenos para a auto construção?

EL - Temos apenas um critério.

O cidadão interessado dirige-se à Administração Municipal solicitando em requerimento uma parcela de terreno. Junta uma cópia do Bilhete de Identidade. O programa é o mais simples possível para que o cidadão do ponto de vista da burocracia não sinta dificuldades.

JA - Na construção da casa que obrigações cabem ao cidadão?

EL - Tem de escolher a planta que lhe interessa. Há modelos para dois e três quartos, em função da sua actividade e situação financeira. Depois, sob orientação técnica da comissão, é construída a casa.

JA - Quantas casas são construídas no Kwanza-Norte no âmbito do programa de fomento habitacional?

6.7 Ministério do Urbanismo e Habitação avalia o estado das reservas fundiárias

Jornal de Angola

De 14 de Julho de 2010

O Ministério do Urbanismo e Construção realiza hoje, em Luanda, a terceira reunião técnica de coordenação central do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, na qual os directores provinciais vão prestar informação sobre o estado das reservas fundiárias, os planos de urbanização e o estado dos concursos públicos.

No encontro, a ser orientado pelo Secretário de Estado do Urbanismo e Habitação, Joaquim Silvestre António, vai ser apresentado o relatório síntese e a comissão vai ser informada sobre a lei da Contratação Pública, sobre a estratégia quanto a distribuição dos kits para a auto construção dirigida e procedimentos na relação com o Tribunal de Contas.

A discussão do programa de actividades para o segundo semestre de 2010 com destaque para os comportamentos relativos às parcerias público-privadas, protocolos de entendimento e os aspectos organizativos e funcionais das comissões e grupos

técnicos provinciais é também um tema da agenda reunião.

Participam no encontro, além do secretário de Estado do Urbanismo e Habitação, o vice ministro director nacional de Ordenamento do Território, consultores, directores de Gabinetes de Estudos, e representantes da secretaria de estado de Desenvolvimento Rural e do ministério do Ambiente.

Funcionalidade de diplomas sobre a política de habitação

Os participantes ao terceiro Fórum de Mostra de Projectos de Diplomas de habitação recomendaram segunda-feira, no Huambo, o envolvimento dos governantes, juristas e da sociedade civil para a sua aprovação e aplicação funcional. O encontro serviu para colher contribuições para o enriquecimento dos esboços de decretos e analisou os projectos de lei sobre o arrendamento urbano, a cooperativa de construção e habitação, mediação imobiliária e de habitação social.

Participaram no encontro os directores do Urbanismo e Habitação das 18 províncias do país e representantes dos respectivos gabinetes jurídicos. Na cerimónia de encerramento, a directora local do Urbanismo e Construção, Ana Paula de Carvalho, salientou que a habitação constitui uma das necessidades principais dos cidadãos, tornando-se, para tal, necessário equacionar políticas habitacionais que correspondam aos mais íntimos anseios da população.

Lembrou, que a população está sôfrega de habitação, por isso, os projectos como instrumentos jurídicos servirão de base reguladora do acesso à habitação.

A directora no Huambo do Urbanismo e Construção apelou a todos para que sejam verdadeiros actores da implementação eficaz dos planos normativos, para que não se transformem no futuro em meras regras formais, mas, sim em leis que satisfaçam os legítimos interesses dos cidadãos.

No quadro da pretensão do Governo de construir um milhão de casas, este pacote de esboços legislativos surge num bom momento, pois, irá regular alguns procedimentos a favor das famílias, particularmente, para a juventude, sublinhou. "O país está em franco crescimento e desenvolvimento, por isso, precisamos estabelecer normas que venham harmonizar a nossa sociedade, no, domínio da habitação para que as construções criem também um ambiente saudável nas comunidades", frisou:

Os dois fóruns sobre urbanismo e habitação realizaram-se na província de Luanda nos dias 5 e 26 de Março do ano em curso. Em Outubro de 2009, a cidade do Huambo acolheu o fórum "Planear o Nosso Futuro Urbano", presidido pelo ministro do Urbanismo e Habitação, José Ferreira, e com a participação dos

directores provinciais do urbanismo e habitação.

6.8 Milhares de casas de renda económica são construídos no município de Caála

Jornal de Angola

De 15 de Julho de 2010

Mais de oito mil casas de renda económica são construídas ao longo do segundo semestre do ano em curso no município da Caála, província do Huambo, no quadro do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, que visa a edificação de um milhão de fogos habitacionais em todo o país até ao ano de 20 12.

A empreitada, de acordo com o chefe de Repartição Municipal do Urbanismo e Habitação da Caála, arquitecto João Carlos Pereira, vai servir para realojar munícipes que se encontram a residir em zonas de risco, ao longo da linha do Caminho-de-Ferro de Benguela (CFB) e das condutas de água.

"Brevemente, vamos começar o registo das pessoas na Repartição Fiscal e Técnica do município, com o objectivo de fazermos o levantamento do número exacto de pessoas que vivem em zonas de risco", anunciou João Carlos, em declarações ao "Jornal de Angola".

O arquitecto informou ainda que as oito mil casas são construídas num perímetro de 1.600 Hectares da reserva fundiária do Estado. "Temos disponíveis três reservas fundiárias e duas foram entregues à Direcção Provincial da Indústria e a terceira à Direcção Provincial do Urbanismo e Ambiente. Para a reserva da Caála, denominada Reserva Fundiária da Aldeia, temos um espaço de 1.600m² disponíveis para o processo de urbanismo e habitação, onde são construídas as oito mil casas", esclareceu.

O processo, acrescentou, está a ser elaborado pela Direcção Provincial do Urbanismo e Habitação, e quando estiver concluído é apresentado aos munícipes.

João Carlos informou ainda que, além de servir para realojar as famílias que vivem em áreas de risco, 90 por cento das casas do projecto são destinadas à comercialização e dirigidas a cidadãos de baixos rendimentos. Os custos das casas vão variar entre os 40 e os 50 mil dólares. O pagamento é feito em prestações mensais durante 20 anos.

6.9 Lei dá protecção aos inquilinos

Jornal de Angola

De 15 de Julho de 2010

A futura Lei de Mediação Imobiliária, que vai regular a actividade entre arrendatário, mediador e o angariador

no domínio da habitação social, "traz fortes vantagens ao inquilino", garantiu, ontem, a jurista Ana Guilhermina Vumi, directora do gabinete jurídico do Ministério do Urbanismo e Construção.

A jurista, que falava durante o fórum nacional de apresentação de diplomas legais no domínio da habitação social, que decorreu na cidade do Huambo, assegurou que depois da aprovação da Lei de Mediação Imobiliária, o cidadão vai ter muitas vantagens quando pretender arrendar uma casa. A jurista explicou que "o serviço a ser prestado pelo mediador ou angariador, não vai permitir especulações ou sobre facturação dos preços dos imóveis, já que os mecanismos legais consagram tal protecção".

O mesmo ponto de vista foi defendido pelo chefe de departamento de contencioso do gabinete jurídico do Ministério do Urbanismo e Construção, David Andala de Oliveira. O jurista disse que a futura lei, em consulta pública, além de defender os interesses do inquilino "permite um equilíbrio do ponto de vista dos direitos e obrigações entre o senhorio e o inquilino, facto que até aqui não se verificava, tendo em atenção a desactualização da lei ainda em vigor, que data dos anos 50".

Actualmente muitos exercem a actividade de intermediários imobiliários, sem que haja, no entanto, um quadro legal que define os direitos e deveres, o que cria um vazio legal nas diversas relações que são estabelecidas neste nível. O projecto ainda está em consulta, de modo a colher se o máximo de contribuições possíveis. O fórum de apresentação de diplomas legais no domínio da habitação social abordou a Lei de Arrendamento Urbano, o Decreto de Cooperativa de Construção e Habitação, o Decreto sobre Habitação Social e a Lei de Mediação Imobiliária.

6.10 Milhares de casas de renda económica são construídos no município de Caála

Jornal de Angola

De 15 de Julho de 2010

Mais de oito mil casas de renda económica são construídas ao longo do segundo semestre do ano em curso no município da Caála, província do Huambo, no quadro do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, que visa a edificação de um milhão de fogos habitacionais em todo o país até ao ano de 20 12.

A empreitada, de acordo com o chefe de Repartição Municipal do Urbanismo e Habitação da Caála, arquitecto João Carlos Pereira, vai servir para realojar munícipes que se encontram a residir em zonas de

risco, ao longo da linha do Caminho-de-Ferro de Benguela (CFB) e das condutas de água.

"Brevemente, vamos começar o registo das pessoas na Repartição Fiscal e Técnica do município, com o objectivo de fazermos o levantamento do número exacto de pessoas que vivem em zonas de risco", anunciou João Carlos, em declarações ao "Jornal de Angola".

O arquitecto informou ainda que as oito mil casas são construídas num perímetro de 1.600 Hectares da reserva fundiária do Estado. "Temos disponíveis três reservas fundiárias e duas foram entregues à Direcção Provincial da Indústria e a terceira à Direcção Provincial do Urbanismo e Ambiente. Para a reserva da Caála, denominada Reserva Fundiária da Aldeia, temos um espaço de 1.600m² disponíveis para o processo de urbanismo e habitação, onde são construídas as oito mil casas", esclareceu.

O processo, acrescentou, está a ser elaborado pela Direcção Provincial do Urbanismo e Habitação, e quando estiver concluído é apresentado aos munícipes.

João Carlos informou ainda que, além de servir para realojar as famílias que vivem em áreas de risco, 90 por cento das casas do projecto são destinadas à comercialização e dirigidas a cidadãos de baixos rendimentos. Os custos das casas vão variar entre os 40 e os 50 mil dólares. O pagamento é feito em prestações mensais durante 20 anos.

7 TERRA

7.1 Construções em linhas de alta tensão são proibidas

Jornal de Angola,
De 7 de Julho de 2010

A Lei de Terras e do Ordenamento do Território", estabelece, que os terrenos compreendidos a menos de 30 metros de cada lado da linha dos cabos de alta tensão são não concedíveis, disse o director provincial de Benguela do Urbanismo e Habitação, arquitecto Zacarias Kamuenho numa palestra destinada a jornalistas.

O director provincial descartou qualquer regularização de regularização das construções debaixo das linhas de alta tensão, no alinhamento das vias projectadas e erguida na cadeia das estradas nacionais.

O responsável, que falava aos órgãos de Comunicação Social sobre a Lei de Terras e do Ordenamento do Território classificou ainda como terrenos não concedíveis as reservas ecológicas, reservas agrícolas, os leitos de rios, as servidões das estradas nacionais e das linhas de alta tensão.

Só são concedíveis, precisou, aqueles que no quadro da gestão territorial tenham aptidão para a urbanização.

Quanto aos situados na orla marítima pendem sobre eles algumas limitações de construção, estando, por isso, as concessões condicionadas a um estudo prévio a cargo do gabinete de obras especiais para efeitos de ordenamento", pontualizou Zacarias Kamuenho, director provincial de Benguela do Urbanismo e Habitação.

Regularização fundiária

O arquitecto Zacarias Kamuenho, apelou os cidadãos que ocupam terrenos do Estado considerados concedíveis a fazerem a sua regularização num prazo máximo de três anos junto das entidades competentes, casos do administrador municipal, do governador provincial, do ministro do Urbanismo e Habitação e do Conselho de Ministros como está disposto no Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, regulamento da Lei de Terras, ou seja, o Decreto 58/07 de 13 de Julho.

7.2 Muteka enfrenta velhas makas das reservas fundiárias

Agora,
De 10 de Julho de 2010

Dois meses depois do Agora ler denunciado, na sua edição n.º 678, actos de ex. Apropriação de terras em curso nas aldeias de Etunda e Olossambo, no Huambo, dos quais estariam envolvidos membros do executivo, o antigo administrador comunal das Cacilhas confirmou o facto tendo prometido pedir desculpas publicas às pessoas que, eventualmente, se sentiram lesadas.

Ao tempo, Domingos Sapalo terá sido indicado pelas autoridades, então lideradas por Albino Malungo, para servir de "ponte" entre os empresários (governantes) que têm interesses em investir na região, tendo expropriado as terras dos populares.

Das suas investidas não foram poupadas as terras da Associação de Camponeses, tendo apresentado como argumento que elas estariam classificadas como reservas fundiárias do Estado.

O ex-administrador foi mais o longe ao mandar prender, durante três dias, os sobas que se opuseram ao desapossamento das terras.

O governador foi citado como tendo aliciado os líderes tradicionais, depois de restituídos à liberdade, para impedir repercussões semelhantes às que ocorreram na Huíla, quando foi desalojada a população que vivia junto da linha-férrea.

Faustino Muteka terá proposto a entrega de subvenções mensais de 14 mil kwanzas aos sobas Augusto Sanguve e Eduardo Mata, bem como empréstimos bancários na ordem dos 100 mil kwanzas para a construção das suas residências.

Na altura o AGORA contactou o recém-exonerado director provincial da comunicação social, tendo minimizado o assunto.

Joaquim Neves disse tratar-se de especulações, adiantando que as aldeias Elunda e Olossambo constituíam reservas fundiárias do Estado, estando em vista a construção de habitações à luz do programa de construção de 1 milhão de casas.

No negócio das terras saltam à vista os nomes de Hélder Vieira Dias Júnior, citado como tendo interesses na empresa Angolana, e Bartolomeu Dias, do grupo empresarial com o mesmo nome. Este último terá comprado o prédio da Angotel recusando-se a indemnizar os antigos moradores.

Fala-se, também, na presença de um alto funcionário do Banco Espírito Santo, cujo nome não foi revelado. O negócio é rentável para os administradores municipais, facturando 10 a 20% da negociata.

7.3 Deserdados da Ilha de Luanda invadem Florestas

A Capital

De 17 à 24 de Julho de 2010

O quadro com que nos deparamos é, a todos os títulos, sombrio e desolador, senão mesmo cinzento e infernal à face da terra: lixo, cheiro nauseabundo, casebres, ambiente de promiscuidade. Uma terra de ninguém. É assim que se desenha o actual postal de visita da Floresta da Ilha de Luanda. Antes marcada pelo ambiente saudável, ar puro e local aprazível para relaxar, hoje quem procura a Floresta se depara com uma nuvem negra. Mas, os moradores discordam do óbvio.

«Nem tudo é mal», refugia-se Pompeu Vissessi.

O homem, aos 40 anos, fez da Floresta a sua moradia, disse que tem orgulho de habitar nela, apesar das condições precárias. Ele acredita, um pouco fora do normal, mas é lá, na Floresta, que conseguiu erguer o casebre onde vive com a sua família. Natural da Huíla, Vissessi é mais uma das vítimas tardias do conflito armado que assolou o país. Procurou Luanda para se estabelecer, crendo que era a sua única esperança. Não mais voltou para a terra que o viu nascer. Pensar em regressar? Nem pensar!

«É aqui que construí a minha vida. Não tenho nada no Lubango», disse.

O nosso interlocutor assume, sim, que no local onde reconstruiu a sua vida, é o mais seguro para manter a sua família, porque já não sabe do paradeiro dos seus parentes. Teme regressar para a sua terra natal e ficar desamparado. Agora com três filhos, procura viver em paz. Diz querer seguir o seu rumo imparável, da melhor forma possível, sem conflito com os vizinhos.

Da Floresta restam algumas árvores e canteiros, embora subaproveitados, mas ainda reflectem o quão agradável, era o ambiente daquele local, que unia o homem, directamente à natureza.

A floresta acolhia os pescadores, forasteiros e turistas, além da fauna e flora originais da zona. E lá todos partilhavam o mesmo local, sem diferença de raças e espécies. O ar puro foi substituído pelo cheiro nauseabundo, as plantas por capim e ervas daninhas que estão um pouco por todo lado.

Entre os casebres que sujam a imagem da antiga Floresta, estão também os porcos que convivem nos mesmos espaços que os humanos. O lixo, as fezes expostas ao livre ferem a visão e atropelam o olfacto

dos visitantes do «bairro». Quanto aos moradores, estes, dizem-se acostumados e consideram habitar um espaço limpo e saudável.

«Nós limpamos e retiramos o lixo», disse, prosseguindo que «as pessoas de fora é que deitam o lixo aqui dentro», acusa outro ocupante Pedro Santos.

Enquanto Pompeu Vissessi gosta de viver na Floresta, considerando que está a construir uma casa num local para a sua família, Pedro Santos já não vê as coisas com os mesmos olhos. Para Pedro, a Floresta é apenas um local temporário, enquanto não encontra algo melhor. O jovem de 35 anos, pai de quatro filhos, não gosta de viver ali.

«Não gosto de viver aqui», informa, «espero que as autoridades nos coloquem noutra lugar, apela, ao apontar algumas dificuldades reinantes como em qualquer outra floresta: falta de energia eléctrica e água potável.

Parece normal, face à crise habitacional vigente, que a população invadissem o espaço verde. Mas, a Floresta se depara com situações do género doutros sítios similares, uma vez que ali não é um local apropriado para habitação de seres humanos. Aquela área é única e, exclusivamente, para a fauna e a flora, além dos nativos das cercanias e os turistas. Assim, a degradação do meio ambiente é a mais óbvia possível. Os cidadãos que ocuparam a Floresta não têm a mínima noção da diferença entre o limpo e o sujo. Enquanto uns comem e bebem de um lado, do outro estão crianças a fazer necessidades maiores. Mas ninguém liga. Todos agem normalmente. E lá continuam. A maioria dos habitantes da Floresta denomina marinheiros. Prestam serviços a empresas pesqueiras, trabalhando dois dias no mar e restos da semana permanecem em casa.

«É do mar que sai o sustento para as nossas famílias», indaga Pedro.

7.4 Da Floresta só ficou saudades

A Capital

De 17 à 24 de Julho de 2010

Fernando David, 39 anos vive na Floresta há mais de 10 anos. E aqui que começou a sua vida adulta. Saiu de casa dos pais, porque sentia da parte dos mesmos uma certa divisão entre os filhos, pois demonstravam, claramente, que preteriam mais uns do que os outros. A situação tomou-se insuportável, até que abandonou o lar.

«Já não conseguia ver a separação entre os irmãos», contou.

O ilhéu nato andou de casa em casa, como o macaco pula de galho em galho, até que chegou na Floresta e nunca mais de lá saiu. Iniciou, então, a sua vida conjugal, mas que não durou muito tempo, porque a

família da esposa queria mais do que este podia dar, em função da sua profissão. Mas foi seguindo assim mesmo o seu caminho solitário. Inicialmente, «fiquei atordoado, mas prossegui», salienta.

Apesar de hoje habitar num local completamente diferente da Floresta que conheceu, não perdeu a memória da antiga. Antes um florescimento mara-vilhoso, mas agora só lixeira. Como lembra o morador, era toda vedada, alta e florida, o raio de sol nem penetrava devido às árvores, estradas bem desenhadas, rotundas com plantas engalanavam a zona.

«É floresta só de nome», considerou, «embora me custe a casa. Espera que refaçam a floresta, apesar de saber que "metade da população não tem para onde ir», apela. A voz da Administração Municipal da Ingombota

A situação de zonas verdes ainda não é a ideal, nem a que se espera. Mas, a administração move esforços no sentido de melhorar a questão ambiental do município. Os ocupantes da Floresta não terão resposta positiva

A conservação é uma prioridade a nível do gestão municipal da Ingombota, uma vez que não se pode pensar numa cidade sem áreas verdes, que para além do aspecto belo que dá, também transmitem oxigenação, um ambiente de vida saudável para os cidadãos, eliminando, assim, a poluição ambiental

«Fazemos tudo para preservar os jardins que temos», disse a responsável, ao considerar que, «infelizmente, nem todos falam e praticam as mesmas acções», afirma Suzana de Meio, administradora municipal das Ingombota.

A falta de educação ambiental e cívica é para a administradora, outra lacuna gritante na sociedade. É que muitos cidadãos, embora próximo das passeadeiras para peões, ainda fazem dos jardins e largos o caminho certo, para o destino que percorrem, sem receio algum e danificar a relva e outras plantações, destruindo qualquer hipótese de vida ambiental. Esta responsabilidade não é atribuída, somente aos pedestres. Em algumas ruas, os jardins acabaram por desaparecer, porque as motorizadas fazem daquilo a sua estrada.

«A interligação ambiental que existia desapareceu», defende S. de Meio

A administradora salientou que não consegue compreender, o prazer que os munícipes têm em destruir. Os largos que há pouco foram reparados, já se encontram outra vez degradados. Outra questão, que também a administração reputa como relevante, é o mau uso das árvores. As pessoas usam árvores como balneários que provocam um mau cheiro, na zona adjacente às árvores. A dirigente alega que as mesmas são podadas, como manutenção, não implica que já não sejam necessárias.

«As nossas árvores é que sofrem», considera De Meio. Segundo informou, a manutenção dos jardins e locais a fins são realizados diariamente. Isto é, é varrido,

regado, porque, se assim não for, a quantidade de lixo deixado pelos utentes se multiplica. Embora admita a dificuldade na execução desta periodicidade, a edilidade está atenta à falta de recursos para a concretização desta tarefa comunitária. «Muitas vezes, não há água canalizada e temos que recorrer a cisternas», confirma.

7.5 E nem está consignada para habitação

A Capital

De 17 à 24 de Julho de 2010

Dentro do projecto que o Governo da Província de Luanda, GPL, tem e está em curso no âmbito da reabilitação da avenida Murthala Mohamed, a Floresta será reabilitada, permitindo que as pessoas continuem a visitá-la, descansem, tenham lazer, numa área em que possam estar em contacto com a natureza.

«A Floresta continuará a ser floresta», disse, sublinhando que «tem árvores, espécies que continuarão a ser preservadas, apesar de muitas pessoas não sentirem esta acção», informa.

Quanto ao destino dos ocupantes da Floresta, estes não devem temer a retirada, mas sim, se antecipar e abandonar o local, uma vez que aquele sítio não é apropriado para habitação humana, mas sim, uma área de lazer, um bem público.

«A Floresta não está consignada para habitação», afirmou Suzana de Meio, considerando o acto dos habitantes da Floresta da Ilha de Luanda como sendo chantagem. Ela garante em tom severo que "a administração não cederá à mesma", salientando que "na altura da guerra justificava-se, porque muita gente procurou na capital do país segurança, mas há locais certos, descritos pelo governo para acolher pessoas que vivem situação similar. Todos os outros que ocupam espaços públicos, com o fim de obter uma resposta para satisfazer o seu carácter oportunista, não vai encontrar respostas nem na Administração, nem com o GPL.

«É uma questão de ordem e vamos impor a ordem», assevera Meio.

A autoridade máxima daquele município, garantiu que, neste momento, um grupo formado por instituições públicas se move no sentido de saber o paradeiro de cada indivíduo que está na I Floresta. Sabe-se, já, que a maioria dos invasores vieram do município de Cacuaco, Viana e parte da Ilha de Luanda. A administração municipal tem um acordo de trabalho com o MAPESS, Capitania do Porto de Luanda, Polícia Fiscal e Marítima, para ver que mecanismos usar para reverter esta situação.

«Para ver, efectivamente, como podemos ajudar e melhorar esta situação», rematou.

7.6 Terreno para a requalificação

Semanário Angolense,

De 17 de Julho de 2010

A mudança imediata do mercado Roque Santeiro é pretendida pela Associação dos Naturais e Amigos do Sambizanga (Akwa-Sambila) e a Administração Municipal para ali serem construídos os edifícios que albergarão os moradores que serão desalojados das primeiras residências e a serem demolidas no âmbito da requalificação desse histórico bairro de Luanda.

Com o mesmo objectivo, ou seja, receber cidadãos que sairão dos locais a serem requalificados, prevê-se erguer edifícios de três a quatro andares no local onde ainda funciona o «Roque Santeiro», que este ano será transferido para o mercado do Panguila, município de Cacucaco, que já está concluído.

O projecto é gerido por um consórcio constituído pela Akwa Sambila, que tem José Tavares, o administrador municipal, à cabeça, o «Grupo Bahgar», uma empresa egípcia, e a Templex, uma imobiliária lusa.

Fonte deste jornal revelou o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, nascido no Sambizanga, defende que o referido projecto de requalificação seja gerido por pessoas ligadas ao bairro (naturais, moradores, etc.). «O Presidente pretendia que se constituísse a uma sociedade anónima formada por filhos do Sambizanga e esta seria responsável pelo projecto de requalificação», reiterou.

O presidente da empresa egípcia que vai assumir a empreitada, Ahmed Bahgat Fattouh, esteve em Luanda no ano passado, tendo dado conferências sobre o projecto e garantido que, em princípio, este deveria arrancar dali há dois meses.

O «Grupo Bahgat» é uma sociedade de direito egípcio que trabalha nas áreas da construção, telecomunicações, indústria, transporte, turismo, e está inserido num grupo internacional instalado em vários países.

Ao contrário do que «algumas pessoas» pretendiam, as futuras casas do Projecto de Requalificação do Sambizanga, que arranca ainda este ano, serão entregues gratuitamente aos actuais moradores.

Segundo as nossas fontes, «algumas pessoas pretendiam que os moradores fossem desalojados e quem quisesse regressar teria de comprar ou alugar a moradia», mas tal ideia foi reprovada. Por isso, quando o projecto estiver concluído, só sairá do Sambizanga quem quiser.

7.7 Terra gera conflito em Caimbambo

Jornal de Angola

De 20 de Julho de 2010

As autoridades administrativas do município de Caimbambo, 116 quilómetros a Sudeste da cidade de Benguela, estão preocupadas com os conflitos sobre a posse da terra que decorrem entre os fazendeiros.

A posição foi manifestada no fim-de-semana durante um encontro do executivo local, presidido pelo administrador municipal, Jacinto Tomé Amaro, que defendeu a necessidade urgente de se pôr termo aos conflitos.

Face à situação, a Administração Municipal vai, esta semana, realizar um encontro de esclarecimento com os fazendeiros e agricultores.

O regedor municipal de Caimbambo, Paulino Tchingande, disse que alguns casos têm sido resolvidos a nível local

Enquanto" e outros mais complexos são encaminhados às instâncias judiciais do município do Cubal e para Benguela.

Dados estatísticos indicam que mais de 60 fazendas, na sua maioria agro-pecuárias, estão sob o controlo da Repartição Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

7.8 Conflitos de terras pode deixar Malanje sem fábrica de água mineral

Novo Jornal,

De 23 de Julho de 2010

A fábrica de Água natural "Fonte de Amor" da empresa Freimar em fase de conclusão no sector do Quissol, 13 quilómetros a leste da cidade, de Malanje, poderá ser transferida para a província da Lunda-Norte por força um litígio de terras com um presumível proprietário do espaço. A remoção da infra-estrutura para o nordeste do país poderá acarretar prejuízos aos cofres da empresa, avaliados em cerca de cinco milhões de dólares, quantia acima do valor global do investimento orçado em quatro milhões de dólares anunciou sexta-feira, 16, o presidente do Conselho de Administração da Freimar, Marcos Fonseca, em conferência de imprensa, na sua unidade de produção de chapas de zinco o Tribunal de Malanje embargou há mais 30 dias as obras do empreendimento em fase de montagem dos equipamentos, sem ouvir a parte lesada, que preparava a inauguração do empreendimento, no decurso deste ano, com uma capacidade de produção de 7.500 garrafas de 1,5 litros de água/hora em três turnos e com a oferta de 70 empregos-director.

O PCA da Freimar, que descartou já a materialização do projecto da montagem de uma gráfica naquela província, esclareceu: "Numa das decisões que nós tomámos, é que além dos investimentos que estamos a fazer, não voltaremos a fazer novos investimentos, até

que Malanje nos ofereça garantias de que é uma boa terra para investir

Marcos Fonseca referiram, na concorrida conferência de imprensa, que os espaços requeridos em 2008 ao Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola (IGCA) não tinham um outro interessado. Situação que deveria ser confirmada pelo executivo de Boaventura da Silva Cardoso que, a 21 de Maio/2010, no primeiro Fórum sobre Oportunidades de Negócios, disse que deveria contar com "as forças e potencialidades internas", como uma das fórmulas ensaiadas para despertar o gigante adormecido e "recolocar esta parcela do território nacional no patamar que lhe é devido".

O presidente do conselho de administração da Freimar deixa um recado ao Governo de Malanje: "Se é pelo desenvolvimento socioeconómico, se é pela industrialização da província pode e podia ter feito mais do que aquilo que tem estado a fazer. O que nós estamos a ver não passa de divisionistas, porque os custos que temos para a construção dessas unidades de produção são muito altos, eles têm que correu o ritmo, normal"

Uma das maiores industriais de cerâmica do país está a ser erguida, assim como continua na ordem do dia a projecção de uma fábrica de malha-sol, cujos equipamentos na sua totalidade encontram-se nos estaleiros da empresa.

A "Fonte de Amor" ocupa uma área coberta de 15 metros quadrados.

7.9 Omunga volta à carga

Semanário Angolense

De 24 de Julho de 2010

A Omunga, organização cívica sediada em Benguela que se tem evidenciado ultimamente em actos reivindicativos contra as demolições arbitrárias, realiza proximamente uma conferência sob o lema «Não Partam a Minha Casa». Pela sua importância, o *Semanário Angolense* transcreve a exortação dos activistas benguelenses.

O direito à habitação, como ressaltam vários instrumentos internacionais, não se restringe apenas à presença de um abrigo ou um teto, mas engloba uma concepção mais ampla. Este direito se estende a todos e, assim, toda a sociedade e cada um de seus membros têm de ter acesso a uma habitação provida de infra-estrutura básica e outras facilidades, ou seja, acesso a uma habitação adequada.

A habitação adequada é condição fundamental para o homem exercer plenamente a sua cidadania, estando inserido na concepção de um padrão de vida adequado. Referem-se a esse direito muitos documentos internacionais, sendo os mais importantes a Declaração

Universal dos Direitos Humanos, o Pacto dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, a Convenção sobre todas as Formas de Discriminação Racial, a Convenção sobre os Direitos da Criança, a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

O Direito à habitação enquadra-se no rol dos direitos económicos e sociais. Esses direitos caracterizam-se, geralmente, por exigirem dos Estados maior actuação para que sejam implementados. Relativamente a este direito, os Estados estão sujeitos a quatro níveis de obrigações governamentais: respeitar, proteger, promover e proceder.

Embora se reafirme a importância do total respeito ao direito à habitação adequada, observa-se, em grande parte das nações, uma grande indiferença em relação a esse direito. As Nações Unidas estimam que mais de um bilhão de pessoas vivem em habitações inadequadas e mais de cem milhões não possuem moradia, em todo o mundo. O número alarmante de pessoas carece do direito à habitação, e este contingente desfavorecido verifica-se, mais facilmente, nos países menos desenvolvidos economicamente, onde as desigualdades sociais manifestam-se de forma mais acentuada e gritante.

Vários movimentos da sociedade civil em Angola, tais como Declaração de Benguela de 20 de Agosto de 2009, III Conferência Nacional da Sociedade Civil de Novembro de 2009, as Marchas pretendidas pela Associação OMUNGA, a Rede de Solidariedade contra as Demolições no Lubango, têm condenado a forma brutal como as autoridades do país levam a cabo o desalojamento de pessoas, que alegadamente ocupam zonas consideradas reservas do Estado. Não devemos esquecer as acções anteriores a 2009 que foram importantíssimas em todo este processo.

Esses actos de desalojamento forçado não têm antecedido do realojamento condigno das vítimas.

Para dar uma ideia da gravidade da situação, de 26-31 de Julho de 2009, no espaço de apenas uma semana, o Governo Provincial de Luanda demoliu cerca de 3000 casas nos bairros Iraque e Bagdade, no município do Kilamba Kiaxi, porto ocupação anárquica e ilegal dos terrenos, deixando ao relento cerca de 15 mil pessoas.

Um caso análogo ao acima exposto ocorreu em Março de 2010, em que no espaço de duas semanas cerca de 2.500 famílias ficaram desalojadas em decorrência da avassaladora onda de demolições de residências na cidade do Lubango. As referidas demolições foram levadas a cabo pelo Governo da Província da Huíla em conformidade com o denominado plano de Operação de Combate e Demolições de Casebres e Construções Anárquicas.

A resolução 37/09 de 03 de Setembro da Assembleia Nacional orienta a criação de condições mínimas e

aceitáveis para o realojamento de cidadãos afectados e com o diálogo e envolvimento dos mesmos nas condições de alojamento; aos 04 de Abril de 2010, em alusão ao Dia da Paz; o Ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa em representação do Presidente da República pediu desculpas às vítimas das demolições no Lubango; o Governo aceitou as recomendações 130 a 139 no quadro 7º sessão do conselho de direitos humanos no mecanismo de revisão periódica universal (RPU). Todos estes sinais surgem em resposta às manifestações da sociedade civil angolana mas ainda não são suficientes para garantir o fim desta onda de demolições e desalojamentos forçados levados a cabo pelo Governo, por não haver um quadro jurídico concreto que assegure esta situação e os interesses económicos individuais ainda sobreponham-se aos interesses públicos e colectivos.

7.10 Lobito com zona requalificada para a construção de moradias

Jornal de Angola

De 25 de Julho de 2010

A cidade do Lobito vai passar a dispor de uma nova zona requalificada, localizada no bairro da Cabaia, onde vão ser erguidas 670 moradias.

A maquete da nova zona residencial foi apresentada na sexta-feira no Lobito, em cerimónia presidida pelo governador provincial, Armando da

Cruz Neto. O governador referiu que a requalificação do bairro da Cabaia está inserido no programa de construção de bairros estruturalmente organizados e defendeu a necessidade de se acabarem com as construções desorganizadas e de se trabalhar para que os musseques se transformem em bairros modernos, com todos os serviços básicos, que melhorem a vida dos munícipes. A nível da província, de acordo com o governador, já foram determinados, no total, cerca de 20 mil hectares para a construção de moradias. A par do programa do Executivo, as administrações municipais da província de Benguela têm prestado atenção às solicitações de cidadãos que, por iniciativa e recursos próprios, pretendem erguer as suas casas na base de construções dirigidas. Fruto destas iniciativas, cidades como Lobito, Benguela, Baía Farta e Catumbela registam um crescimento acelerado nos últimos tempos.

8 SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Água volta a jorrar em Ndalatando

Jornal de Angola,

De 8 de Julho de 2010

A distribuição de água às primeiras mil residências na cidade de Ndalatando, Kwanza-Norte, está prevista para o mês de Setembro próximo, anunciou, segunda-feira ao *Jornal de Angola*, 9 director provincial de Energia e Aguas,

José Joaquim Jerónimo.

O director provincial de Energia e Aguas disse, que a distribuição de água ao domicílio faz parte de um projecto, que está a ser implementado junto ao rio Mucari, o qual contempla também a construção de 96 fontanários nas zonas suburbanas. A distribuição da água potável às residências obedece a várias fases, iniciando a primeira em Setembro.

Num primeiro momento, a direcção provincial de Energia e Aguas vai encarregar-se de gerir o fornecimento de água, para posteriormente transferir para a empresa que for contratada para tal, adiantou José Joaquim Jerónimo.

Ainda há bairros com grandes dificuldades em distribuição de água potável, prosseguiu, sendo o mais crítico o município do Cazengo, em Ndalatando, que continua a ser abastecido com recurso a camiões cisternas, adquiridos pelo governo da província, contrastando com outras comunidades mais felizes que beneficiam da água potável através do projecto "Água Para Todos".

8.2 Os desafios da ministra de Energia e Águas

Semanário Económico

De 15 de Julho de 2010

Kapanda é uma barragem hidroeléctrica que possui neste momento uma capacidade total de 260 mega watts. Considerada a maior obra de engenharia construída em Angola, nos últimos 30 anos, equivalente a um prédio de 36 andares, o empreendimento custou 2,6 biliões de dólares e tem como objectivo o aproveitamento hidroeléctrico. Está localizada na bacia do Rio Kwanza, município de Cacuso, em Malange

Da primeira fase, beneficiam da energia produzida pela Central Hidroeléctrica de Kapanda, as províncias de Luanda e Malange. Neste momento, a maioria das unidades industriais recorre a grupos geradores, o que eleva os custos de produção e, conseqüentemente, os preços dos diferentes produtos no mercado.

A gerar energia desde Janeiro de 2004, a barragem permitirá, no fim da segunda fase, o abastecimento de energia eléctrica a cinco províncias: Malanje, Kwanza-Norte, Luanda, Kwanza-Sul e Bengo.

Em meados de Junho do ano passado, o Governo aprovou o financiamento para a aquisição de equipamentos e a conclusão da segunda fase do projecto de Kapanda, que será assegurado com 113 milhões de dólares provenientes de uma linha de crédito concedida pelo Brasil.

Quando estiverem a funcionar as quatro turbinas previstas no projecto, a produção de energia deverá atingir 520 mega watts, que permitirá ainda um reforço dos sistemas existentes no Centro e Sul do país, com o qual este aproveitamento hidroeléctrico estará interligado.

O projecto de construção da barragem de Kapanda começou em Setembro de 1982, quando foi criado um consórcio formado pelas empresas Technopromexport, da Rússia, e Odebrecht, do Brasil, que assinaram com o Governo angolano o contrato para a construção do empreendimento.

As obras tiveram início em Fevereiro de 1987, com o desbravamento das matas, a abertura de acessos e a construção de uma pista de aviação, de um hospital, de alojamentos para os trabalhadores e oficinas, entre outras infra-estruturas de apoio.

Os trabalhadores sofreram uma primeira paralisação em Novembro de 1992, por causa do agravamento da guerra, tendo as obras permanecido paradas durante cerca de cinco anos. Nesse período, o estaleiro foi completamente abandonado e todas as infra-estruturas e equipamentos foram destruídos.

As obras recomeçaram em Julho de 1997, mas voltaram a ser suspensas em Janeiro de 1999, permanecendo paradas durante cerca de um ano, mas, desta vez, o estaleiro nunca chegou a ser abandonado, permanecendo no local um grupo de trabalhadores apoiado pelo exército governamental.

Em Janeiro de 2000, foram retomados os trabalhos, tendo, a 22 de Agosto de 2002, sido assinalado o início

do enchimento da albufeira, que ocupa uma área de 165 quilómetros quadrados.

A 10 de Janeiro de 2004, 17 anos depois do início da construção, a barragem de Kapanda começou a fornecer energia eléctrica a Luanda.

Metas a atingir

Três metas principais concentram actualmente as atenções do Ministério da Energia e Águas: proporcionar à população o acesso à água potável e a serviços adequados de saneamento assegurar o abastecimento de água para as actividades económicas, garantir a gestão integrada dos recursos hídricos, com autoridades de gestão de bebidas.

A concretização destas metas, de acordo com os objectivos do

Ministério, permitirá a implementação da fase B do programa "Água para todos", que se destina à distribuição do líquido às zonas rurais, com uma quantidade diária de 750 mil metros cúbicos.

Em relação aos projectos de distribuição da luz eléctrica de pequeno porte, está em marcha um pouco por todo o país, a montagem de mini-hidroeléctricas. Em Luanda, por exemplo, concretamente no município de Viana, foi instalada uma central térmica.

O Projecto, orçado em 50 milhões de dólares, vai injectar actualmente na rede mais 20 mega watts, com um consumo de 60 litros de gasóleo por minuto e funciona ininterruptamente 24 horas.

Empresas obrigadas a cumprir

Depois da nomeação de novos conselhos de administração das empresas do sector, espera-se maior celeridade no cumprimento das metas e objectivos preconizados pelo Ministério da Energia.

É à Empresa Nacional de Electricidade (ENE) que se exige maior acutilância na implementação dos principais programas de distribuição de energia eléctrica em todo o território nacional.

A reabilitação e expansão das infra-estruturas do sector eléctrico e das redes de consumo constituem prioridades desta empresa

Constituída a 20 de Março de 1980, à luz do decreto número 24, do mesmo ano, a ENE-EP tem "Como objecto social principal, entre outras atribuições, a produção, transporte e distribuição de energia eléctrica ao país.

Luanda é a província que mais energia eléctrica consome, fruto da concentração da maior parte das instituições quer administrativas quer industriais, de serviços e da população. Tem cabido à Empresa de Distribuição de Electricidade de Luanda (EDEL), o fornecimento deste bem a toda extensão da cidade

capital. Na ocasião de tomada de posse do novo conselho de administração reconheceu-se a dificuldade em abastecer Luanda, a julgar pela quantidade de energia eléctrica necessária.

Sendo o sector eléctrico uma área estratégica e fundamental no crescimento económico do país e na elevação da qualidade de vida da população, a EDEL tem a responsabilidade de suprir a necessidade energética de Luanda.

ENCEL

A Empresa Nacional de Construções Eléctricas (ENCEL) tem como objecto social a construção de linhas de transporte e de distribuição de energia eléctrica, o fabrico de quadros eléctricos, de comando, controlo e de distribuição, construção e montagem de postos de transformação rural, alvenaria e monobloco.

Nesta empreitada, a ENCEL terá de justificar os 25 anos de experiência que possui no ramo de construções eléctricas, sendo uma das empresas pioneiras nesse ramo em Angola. Dispõe de fábricas, uma ampla frota de veículos e maquinaria, assim como pessoal de montagem altamente qualificado que garante uma rápida execução dos trabalhos. Isto permite uma grande qualidade na construção de redes aéreas e subterrâneas, PT's e custos de seccionamento e quadros eléctricos.

EPAL

O programa para a melhoria do Abastecimento de água às zonas altas da cidade de Luanda e à zona industrial de Viana é o principal projecto hídrico que está a ser implementando pela Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL), avaliado em 600 milhões de euros.

A unidade foi erguida entre os anos de 1950 e 1960 e desde então nunca foi ampliada. A capacidade desta unidade foi, quando da sua construção, planeada para uma população de cerca de 650 mil habitantes. Estima-se que vivem em Luanda cerca de cinco milhões de pessoas e as infra - estruturas existentes são insuficientes para o fornecimento da cidade em constante crescimento.

Através das medidas planeadas, prevê-se melhorias substanciais no fornecimento de água potável e de serviço. O programa prevê ainda a construção do novo centro de Planeamento do Marçal, a construção de novos centros de distribuição dos municípios de Viana, Cazenga, Maianga, reabilitação da estação de tratamento de água Kikuxi, reabilitação da estação de tratamento de água Kifangondo, nova rede de distribuição na Viana Morar e a reabilitação da rede da Cidade Alta.

O centro de distribuição encontra-se em estado crítico devido à falta de peças sobressalentes que

impossibilitam a manutenção com consequência de irregularidade no abastecimento de água por motivo de paralisações provocadas por avarias.

A reabilitação das duas casas de bomba, construção de dois reservatórios de água com uma capacidade de no total: 70.000 m³, renovação completa de maquinarias e equipamentos electrotécnicos, construção de sistema de telecomunicações e telecomando fazem parte dos planos.

Vários projectos hídricos encontram-se em implementação em Luanda. A abertura recente do centro de abastecimento de água da Mulemba, no município do Sambizanga, começa a funcionar nos próximos dois meses e vai beneficiar as comunas do Ngola Kiluanje e Sambizanga. E está contemplada no pacote do Governo que visa o aumento do fornecimento de água à população para evitar que as pessoas percorram longas distâncias para a adquirir.

O programa incluiu a instalação dos fontanários que serão ligados aos ramais da rede da EP AL. Para a eficácia na distribuição da água, a empresa construiu uma conduta, na 7ª Avenida, partindo da Mabor à Refinaria, para ligações domiciliárias.

8.3 Lixo ameaça as populações da aldeia de Mbaca

Jornal de Angola

De 10 de Julho de 2010

Montanhas de lixo, moscas e um cheiro nauseabundo são os vizinhos dos habitantes da aldeia de Mbaca, Povo Grande, desde que foi ali instalado um aterro sanitário a céu aberto pela operadora "Resi", empresa encarregada pela limpeza da cidade de Cabinda e arredores. A viver paredes-meias com o lixo, as populações de Mbaca clamam há muito por um ambiente mais sadio.

Os habitantes da aldeia de Mbaca (Povo Grande), localidade sete quilómetros a sul da cidade de Cabinda, queixam-se do cheiro nauseabundo resultante da decomposição do lixo depositado a céu aberto a poucos metros de suas casas, num autêntico atentado à saúde pública e ao direito a uma vida sadia em ambiente são.

"Sentimo-nos sufocados com o mau cheiro. Moscas, baratas e ratos invadem as nossas casas, corremos sérios riscos de contrair doenças", desabafou Florindo João Walter, de 30 anos, morador na aldeia. Acrescentou que já foram feitas reclamações junto da coordenação da aldeia, no sentido de prevenir as autoridades da Administração Municipal sobre a situação, mas a operadora "Resi", contratada pelo governo para limpeza da cidade e recolha de lixo, continua a depositar os resíduos sólidos junto da aldeia sem qualquer tratamento e a céu aberto.

Para Florindo João Walter, "alguém anda a brincar com a saúde das pessoas e por trás desta situação há interesses económicos inconfessos. Não compreendo como é que uma situação de tamanha gravidade deixa os responsáveis impávidos e serenos", afirmou, acrescentando que o sentimento de impotência deixa os habitantes de Mbaca tristes e preocupados.

"O lixo quando é exposto a céu aberto, como é o caso, além de ser fonte de poluição do ambiente, ameaça a saúde de todos nós, incluindo aqueles que mandaram cá meter o lixo, porque com as chuvas muito deste lixo vai parar nas zonas urbanas onde habitam", sublinhou.

Florindo João Walter defende que é preciso queimar o lixo para evitar que muitas pessoas, incluindo crianças, vão constantemente à lixeira em busca de objectos: "a Administração Municipal de Cabinda tem de agir rapidamente. O lixo está a criar muitos problemas aos moradores da aldeia e a outras pessoas que circulam pela localidade em direcção à penitenciária do Yabi e zonas circunvizinhas", afirmou.

Florindo João Walter revelou à reportagem do Jornal de Angola casos de doenças e até de mortes de cidadãos, com incidência em crianças da aldeia, como consequência da inalação dos gases putrefactos do lixo. Acrescentou que com o início da época das chuvas, o quadro epidemiológico vai piorar, destacando as diarreias, doenças respiratórias agudas, malária e febre tifóide: "faço um veemente apelo à Administração Municipal de Cabinda para remover o lixo que se encontra junto à aldeia".

Coordenador sem competências

O coordenador da aldeia de Mbaca, João Baptista Costa, também está preocupado com o drama das populações da sua área de jurisdição, mas disse não poder fazer nada, porque não tem competências para suspender o depósito de lixo na aldeia, já que o terreno pertence a um membro do executivo local, "que em princípio devia persuadir a operadora Resi a não deitar mais lixo no referido espaço, mas não o faz".

Os moradores da aldeia de Mbaca vivem um momento delicado, disse João Baptista Costa,

8.4 Até a EPAL «chora»

A Capital

De 10 à 17 de Julho de 2010

No mesmo momento em que visitávamos os focos de lixo, nesta terça e quarta-feira, deparamo-nos com uma equipa da EPAL a tentar concertar uma ruptura. Segundo os membros da equipa, a mesma foi causada por uma operadora, numa válvula de 350 mm, localizada no desvio do mercado dos Kwanzas. «Estamos a reparar esta válvula que foi danificada, quando

retiravam o lixo daqui», disse um funcionário da empresa de águas, destacado no local para aquela operação.

O mesmo, que não se quis identificar, sublinhou que casos do género são frequentes naquele local (defronte à dependência do BAI, ao Kikolo),

I confirmando que «quando estas empresas vêm recolher o lixo, cavam demasiado e rebentam, com alguma frequência, os tubos de água e a estrada acaba sempre inundada».

O técnico da EPAL diz desconhecer, se as empresas causadoras destes danos têm sido responsabilizadas. «Não sei, se são feitos contactos entre a EPAL e estas empresas. Apenas sei que rebentam os tubos e temos de ser nós a resolver o problema. No caso do buraco defronte ao BAI, já rebentaram mais de duas vezes», revelou.

8.5 Faltam balneários públicos em Luanda

O Independente

De 17 de Julho de 2010

E verdade que precisa-se de uma campanha de sensibilização ambiental, desde as casas de banho privadas aos responsáveis dos locais públicos. Diariamente, na cidade ou na periferia, os transeuntes usam locais inapropriados, sem nenhum pudor, para atender às necessidades fisiológicas. Segundo apurámos, o cheiro desagradável da urina deteriorada provoca a libertação de amoníaco, um gás incolor, irritante, inflamável, tóxico e de odor penetrante, que em concentrações muito elevadas actua como asfixiante.

Na nossa ronda, encontramos no interior de um espaço vedado homens e mulheres a fazerem as suas necessidades fisiológicas sem qualquer pudor. Era um autêntico balneário público, num terreno baldio onde até havia um mictório, que sucumbiu aos interesses imobiliários que assolam, principalmente, o centro da cidade.

Lá fomos nós, e, numa cerca, junto ao antigo Hotel Turismo, nas imediações da Igreja dos Remédios, o cheiro nauseabundo denunciava, logo à primeira vista, a quantidade de pessoas que utilizam o mesmo espaço.

"Luanda carece de balneários públicos", concluiu um cidadão identificado por José Manuel. Acrescentou que apesar da reabilitação de alguns espaços públicos, as autoridades não têm acautelado a criação de estruturas do género para facilitar a vida dos utentes, colocando em risco a conservação do meio ambiente.

Um membro do Governo Provincial de Luanda atribuiu a responsabilidade da gestão dos balneários públicos às respectivas administrações municipais, no quadro do programa de descentralização e desconcentração dos serviços da edilidade.

No município da Ingombota existe um único balneário público em funcionamento e está localizado no largo adjacente ao Porto de Luanda. A sua gestão é privada, o que faz com que se cobrem valores aos cidadãos que pretendam efectuar necessidades maiores ou menores. Para urinar é pedido 50 Kwanzas e o dobro para o resto.

"Quando dá-me vontade de urinar solicito sempre um restaurante ou outro local público, por sorte sou sempre bem sucedida", confidenciou-nos uma senhora. Em amontoados de lixo nos conhecidos mercados do Roque Santeiro e do Catinton encontramos homens e mulheres, sem qualquer inibição, a fazerem as suas necessidades fisiológicas, uns cobertos e outros meios desnudados, inundando os locais com dejectos humanos.

A desculpa dos populares é sempre a mesma: não existem casas de banho públicas.

Mas para chegar até a lixeira é preciso pisar-se em dejectos humanos e percorrer alguns metros sob o cheiro intenso de fumo e fezes. As pessoas usam o local sem, no entanto, nenhum pudor. Um cidadão agachado sobre o lixo fazia as suas necessidades fisiológicas na lixeira. Depois de ter terminado, cobriu o local com areia, para depois limpar as mãos com um papel sujo que retirou do chão. Com ele, muitas outras pessoas cumpriam o que parecia ser um ritual.

Ao ser abordado, pediu apenas que não fosse fotografado. Isso é vergonhoso, mas tem de ser, justificou, enquanto caminhava entre as fezes que superabundavam no local, evitando a todo custo pisar em falso.

Moro aí em baixo, apontou para um bairro situado numa zona baixa da zona do Roque Santeiro. "A minha casa não tem quarto de banho", justificou.

Para se aliviar, contou, tem de percorrer uma distância considerável do seu bairro até a chamada Canata, apelido dado à zona usada como balneário público. "Na minha rua também tem uma lixeira que todos usam, mas eu não gosto de fazer na minha área porque os vizinhos vão lá e os meus filhos também".

O mesmo cidadão explicou que apenas usa o local uma vez por dia e que naquele instante tinha cumprido o seu plano diário. "Daqui só amanhã", despediu-se com um tímido sorriso.

Enquanto uns usuários partiam, outros chegavam. Foi assim que, instantes depois, uma senhora agachou-se para urinar, cobrindo-se com panos, contrariamente aos vários homens que frequentavam o local.

"Muitas pessoas dizem não ter escolha, se não fazerem as suas necessidades fisiológicas naquele local. Trabalho aqui no Catinton e não existe quarto de banho para urinar, existem alguns sítios privados, mas tem de se pagar 10 kwanzas para necessidades menores e 25 para as

Para chegar até a lixeira é preciso pisar-se em dejectos humanos e percorrer alguns metros sob o cheiro intenso de fumo e fezes. As pessoas usam o local sem, no entanto, nenhum pudor. Um cidadão agachado sobre o lixo fazia as suas necessidades fisiológicas na lixeira, necessidades maiores", disse a popular. "Tenho nojo de fazer isso, é muito vergonhoso, mas não tenho outra escolha".

A lei caracteriza esse comportamento como uma transgressão administrativa, tipificando o montante da multa. A lei foi criada em 1987.

"Os valores constantes deste regulamento foram actualizados em função da unidade de correcção fiscal (UCF). 1 UCF corresponde a 53Akz, que é multiplicado pelo montante que consta deste regulamento que é o produto de 53Akz por 100Akz. Define um montante da multa aplicada em 5300 Akz", explicou um elemento ligado à secção municipal da Ingombota da Fiscalização.

Quando apanhado em flagrante, ao prevaricador é aplicado um auto de transgressão que prevê a competente multa. A Direcção de Fiscalização não tem autuado constantemente este tipo de transgressões administrativas, por ser uma tarefa da competência das repartições municipais de fiscalização e da Polícia de Ordem Pública.

Se o indivíduo a quem é aplicada a multa não efectuar voluntariamente o pagamento ou requerer o pagamento em prestação (que podem ser até doze parcelas mensais) ou ainda requerer o pagamento em trabalho socialmente útil (serviços comunitários), no prazo de trinta dias, cabe à direcção de fiscalização proceder à execução coerciva do pagamento da multa, via judicial. O transgressor é levado ao tribunal, que executa o património do indivíduo. O pagamento é feito no tribunal municipal da área onde a infracção tenha sido cometida.

8.6 Lixo acumulado no subúrbio contrasta com a baixa da cidade

A Capital

De 17 à 24 de Julho de 2010

Entre a recolha de lixo na periferia da capital do país e no centro da urbe luandense ainda há uma grande distância. Por um lado, se na periferia as pessoas convivem diariamente com

o lixo, como se fossem vizinhos íntimos, já na urbe a situação é manifestamente melhor. Dir-se-ia que a distância é do dia para a noite

Diniz Kapapelo (Texto e Fotos) os moradores de alguns bairros periféricos da cidade capital sentem-se injustiçados pelas empresas encarregues da recolha de lixo, pois, segundo eles, não há motivos para a

acumulação excessiva dos resíduos sólidos à beira da estrada ou mesmo a ausência de carros de recolha de lixo, nas áreas onde há acessibilidade de trânsito automóvel.

Dona Rita Manuel é uma dessas pessoas que caracteriza o trabalho destas empresas, como debilitado e mesmo péssimo. Residente à beira da estrada que liga a zona da Sonefe ao Ambuila, algures no Cazenga, ele afirma que há já um ano que o carro de recolha de lixo parou de fazer a recolha, na área onde vive.

«Há uns dois anos ou um ano atrás que, o carro passava e parava para as pessoas depositarem o lixo. Mas, de lá para cá, não sei quais os motivos que fizeram o carro parar de transitar aqui, mesmo tendo-se reabilitado algumas estradas», contou, para mais adiante referir: «por causa disso, temos de ir até à estrada principal, no caso, a que sai da Cuca ao Embondeiro para deitarmos o lixo».

«E só a distancia das casas, por exemplo, daqui para a estrada, tem por ali uns 50 metros ou mais».

Por outro lado, Dona Rita sublinhou que, devido à distância não pode mandar as crianças deitarem o lixo e, no local, onde se faz o depósito dos resíduos, a acumulação, resultante da não recolha pelas empresas encarregues de o fazer são frequentes. «O lixo fica amontoado dias a fio. Nenhuma empresa ou a administração local se dá ao trabalho de fazer algo para mudar a situação, até que chega um louco, e não sei por que carga d'água (!) resolve colocar fogo, impossibilitando não só os automobilistas, como os próprios moradores de transitar à vontade».

Para esta senhora de avançada idade, a recolha de lixo na periferia e na baixa de Luanda, ainda não é feita com a mesma qualidade. «Acho que falta vontade das pessoas ou das empresas que esquecem de o fazer, comparando que "se na baixa o lixo é recolhido a tempo e hora, e há contentores na rua, aqui também podem, mas como, se calhar, ganham alguma coisa com o mau trabalho prestado, então, não o fazem».

Catarina da Natividade, residente na zona do ex. Mercado do Cala Boca, no Hoji-Ya-Henda, disse, por sua vez, que naquelas paragens o carro de recolha do lixo tem passado, «embora não tem sido regulam.

«Às vezes os carros passam acrescentou de dois em dois dias, mas outras vezes pode demorar até três ou quatro», contou e mais adiante disse que, quando o carro não passa num buraco, nas imediações do mercado dos Kwanzas ou à beira da estrada, na Avenida Kiluanje serve de recurso.

«Se o carro não passar em pouco tempo, no caso, um ou dois dias, teremos a acumulação de lixo em casa. E isso não é saudável para ninguém. Por isso, temos de deitar mesmo na rua, mas em locais onde as pessoas da área já depositam, embora, muitas vezes, já os encontramos abarrotados. Daí o mau cheiro e outros

males que abundam», como, por exemplo, a ameaça à saúde pública.

Lixeiras selvagens avançam contra os moradores

Mário Roberto, morador do Kikolo, concretamente na área dos combustíveis, afirmou, por seu turno, que na área onde vive, não passam carros de recolha; não existem contentares para o depósito destes resíduos é os locais onde os moradores depositam, são, na sua maioria à beira da estrada ou «numa rua, em que não há muito movimento».

«Como não podemos ficar com o lixo em casa temos de recorrer, muitas vezes, às alternativas possíveis, para nos livrarmos do mau cheiro e outras doenças, mesmo que essas alternativas passem por deitar o lixo na calada da noite, numa casa ou obra abandonada e inacabada, ou numa rua com pouca movimentação».

Má qualidade de serviço e ameaça à saúde pública

Em relação à qualidade do trabalho na recolha dos resíduos sólidos, na periferia e na urbe de Luanda, Mário não teme em dizer que «na baixa» a recolha é melhor, do que em relação a aqui.

«Não sei, quais são as causas, que levam com que não tenhamos sequer contentores, para a deposição do lixo ou, pelo menos, a recolha atempada dos seus principais focos, que, dia após dia, vão tirando a boa imagem dos bairros periféricos e causando inúmeras doenças aos moradores daquelas áreas».

Dali a nossa reportagem rumou para a área da Terra Vermelha do buraco, onde se deparou com uma situação desoladora, no que diz respeito à recolha de lixo e até mesmo no local, onde os moradores depositam o lixo. É que ali para os moradores verem-se livres dos resíduos sólidos, servem-se de uma vala existente no bairro ou ainda alguns espaços vagos no interior, onde as crianças vão procurando algo de valor, naquilo que os seus vizinhos já deitaram fora.

Maria Evangelina, sublinhou que por ser uma área não urbanizada os carros de recolha de lixo não passa.

«Por isso temos de deitar mesmo o lixo na vala. Mas, o problema é que, quando chega a época chuvosa, o próprio lixo invade as casas mais próximas e dali vêm muitas doenças», explicou, referindo que quando a vala está superlotada, a administração local envia tractores para diminuir.

Paulino Fiúza, outro morador, referiu que como a sua residência é distante da vala, «a alternativa para nos livrarmos do lixo, são mesmo os espaços vagos no interior do bairro».

«Até que a administração ou as empresas vierem recolher. Caso contrário, depois do tempo, vira entulho», concluiu.

8.7 Os desafios da ministra de Energia e Águas

Semanário Económico

De 15 de Julho de 2010

Kapanda é uma barragem hidroeléctrica que possui neste momento uma capacidade total de 260 mega watts. Considerada a maior obra de engenharia construída em Angola, nos últimos 30 anos, equivalente a um prédio de 36 andares, o empreendimento custou 2,6 biliões de dólares e tem como objectivo o aproveitamento hidroeléctrico. Está localizada na bacia do Rio Kwanza, município de Cacusó, em Malange. Da primeira fase, beneficiam da energia produzida pela Central Hidroeléctrica de Kapanda, as províncias de Luanda e Malange. Neste momento, a maioria das unidades industriais recorre a grupos geradores, o que eleva os custos de produção e, conseqüentemente, os preços dos diferentes produtos no mercado.

A gerar energia desde Janeiro de 2004, a barragem permitirá, no fim da segunda fase, o abastecimento de energia eléctrica a cinco províncias: Malanje, Kwanza-Norte, Luanda, Kwanza-Sul e Bengo.

Em meados de Junho do ano passado, o Governo aprovou o financiamento para a aquisição de equipamentos e a conclusão da segunda fase do projecto de Kapanda, que será assegurado com 113 milhões de dólares provenientes de uma linha de crédito concedida pelo Brasil.

Quando estiverem a funcionar as quatro turbinas previstas no projecto, a produção de energia deverá atingir 520 mega watts, que permitirá ainda um reforço dos sistemas existentes no Centro e Sul do país, com o qual este aproveitamento hidroeléctrico estará interligado.

O projecto de construção da barragem de Kapanda começou em Setembro de 1982, quando foi criado um consórcio formado pelas empresas Technopromexport, da Rússia, e Odebrecht, do Brasil, que assinaram com o Governo angolano o contrato para a construção do empreendimento.

As obras tiveram início em Fevereiro de 1987, com o desbravamento das matas, a abertura de acessos e a construção de uma pista de aviação, de um hospital, de alojamentos para os trabalhadores e oficinas, entre outras infra-estruturas de apoio.

Os trabalhadores sofreram uma primeira paralisação em Novembro de 1992, por causa do agravamento da guerra, tendo as obras permanecido paradas durante cerca de cinco anos. Nesse período, o estaleiro foi completamente abandonado e todas as infra-estruturas e equipamentos foram destruídos.

As obras recomeçaram em Julho de 1997, mas voltaram a ser suspensas em Janeiro de 1999, permanecendo paradas durante cerca de um ano, mas, desta vez, o estaleiro nunca chegou a ser abandonado, permanecendo no local um grupo de trabalhadores apoiado pelo exército governamental.

Em Janeiro de 2000, foram retomados os trabalhos, tendo, a 22 de Agosto de 2002, sido assinalado o início do enchimento da albufeira, que ocupa uma área de 165 quilómetros quadrados.

A 10 de Janeiro de 2004, 17 anos depois do início da construção, a barragem de Kapanda começou a fornecer energia eléctrica a Luanda.

Metas a atingir

Três metas principais concentram actualmente as atenções do Ministério da Energia e Águas: proporcionar à população o acesso à água potável e a serviços adequados de saneamento assegurar o abastecimento de água para as actividades económicas, garantir a gestão integrada dos recursos hídricos, com autoridades de gestão de bebidas.

A concretização destas metas, de acordo com os objectivos do

Ministério, permitirá a implementação da fase B do programa "Água para todos", que se destina à distribuição do líquido às zonas rurais, com uma quantidade diária de 750 mil metros cúbicos.

Em relação aos projectos de distribuição da luz eléctrica de pequeno porte, está em marcha um pouco por todo o país, a montagem de mini-hidroeléctricas. Em Luanda, por exemplo, concretamente no município de Viana, foi instalada uma central térmica.

O Projecto, orçado em 50 milhões de dólares, vai injectar actualmente na rede mais 20 mega watts, com um consumo de 60 litros de gasóleo por minuto e funciona ininterruptamente 24 horas.

Empresas obrigadas a cumprir

Depois da nomeação de novos conselhos de administração das empresas do sector, espera-se maior celeridade no cumprimento das metas e objectivos preconizados pelo Ministério da Energia.

É à Empresa Nacional de Electricidade (ENE) que se exige maior acutilância na implementação dos principais programas de distribuição de energia eléctrica em todo o território nacional.

A reabilitação e expansão das infra-estruturas do sector eléctrico e das redes de consumo constituem prioridades desta empresa

Constituída a 20 de Março de 1980, à luz do decreto número 24, do mesmo ano, a ENE-EP tem "Como objecto social principal, entre outras atribuições, a pro-

dução, transporte e distribuição de energia eléctrica ao país.

Luanda é a província que mais energia eléctrica consome, fruto da concentração da maior parte das instituições quer administrativas quer industriais, de serviços e da população. Tem cabido à Empresa de Distribuição de Electricidade de Luanda (EDEL), o fornecimento deste bem a toda extensão da cidade capital. Na ocasião de tomada de posse do novo conselho de administração reconheceu-se a dificuldade em abastecer Luanda, a julgar pela quantidade de energia eléctrica necessária.

Sendo o sector eléctrico uma área estratégica e fundamental no crescimento económico do país e na elevação da qualidade de vida da população, a EDEL tem a responsabilidade de suprir a necessidade energética de Luanda.

ENCEL

A Empresa Nacional de Construções Eléctricas (ENCEL) tem como objecto social a construção de linhas de transporte e de distribuição de energia eléctrica, o fabrico de quadros eléctricos, de comando, controlo e de distribuição, construção e montagem de postos de transformação rural, alvenaria e monobloco.

Nesta empreitada, a ENCEL terá de justificar os 25 anos de experiência que possui no ramo de construções eléctricas, sendo uma das empresas pioneiras nesse ramo em Angola. Dispõe de fábricas, uma ampla frota de veículos e maquinaria, assim como pessoal de montagem altamente qualificado que garante uma rápida execução dos trabalhos. Isto permite uma grande qualidade na construção de redes aéreas e subterrâneas, PT's e custos de seccionamento e quadros eléctricos.

EPAL

O programa para a melhoria do Abastecimento de água às zonas altas da cidade de Luanda e à zona industrial de Viana é o principal projecto hídrico que está a ser implementando pela Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL), avaliado em 600 milhões de euros.

A unidade foi erguida entre os anos de 1950 e 1960 e desde então nunca foi ampliada. A capacidade desta unidade foi, quando da sua construção, planeada para uma população de cerca de 650 mil habitantes. Estima-se que vivem em Luanda cerca de cinco milhões de pessoas e as infra - estruturas existentes são insuficientes para o fornecimento da cidade em constante crescimento.

Através das medidas planeadas, prevê-se melhorias substanciais no fornecimento de água potável e de serviço. O programa prevê ainda a construção do novo centro de Planeamento do Marçal, a construção de

novos centros de distribuição dos municípios de Viana, Cazenga, Maianga, reabilitação da estação de tratamento de água Kikuxi, reabilitação da estação de tratamento de água Kifangondo, nova rede de distribuição na Viana Morar e a reabilitação da rede da Cidade Alta.

O centro de distribuição encontra-se em estado crítico devido à falta de peças sobressalentes que impossibilitam a manutenção com consequência de irregularidade no abastecimento de água por motivo de paralisações provocadas por avarias.

A reabilitação das duas casas de bomba, construção de dois reservatórios de água com uma capacidade de no total: 70.000 m³, renovação completa de maquinarias e equipamentos electrotécnicos, construção de sistema de telecomunicações e telecomando fazem parte dos planos.

Vários projectos hídricos encontram-se em implementação em Luanda. A abertura recente do centro de abastecimento de água da Mulemba, no município do Sambizanga, começa a funcionar nos próximos dois meses e vai beneficiar as comunas do Ngola Kiluanje e Sambizanga. E está contemplada no pacote do Governo que visa o aumento do fornecimento de água à população para evitar que as pessoas percorram longas distâncias para a adquirir.

O programa incluiu a instalação dos fontanários que serão ligados aos ramais da rede da EP AL. Para a eficácia na distribuição da água, a empresa construiu uma conduta, na 7ª Avenida, partindo da Mabor à Refinaria, para ligações domiciliárias.

8.8 Municípes pedem ajuda

Novo Jornal

De 16 de Julho de 2010

Os moradores do bairro da Vidrul, situado no município de Cacucaco, em Luanda, queixam-se de falta de água canalizada e alertam que os quatro chafarizes que existem na zona só jorram de madrugada.

Os residentes estão insatisfeitos com o trabalho prestado pelas autoridades locais. Dizem que a administração municipal de Cacucaco tem conhecimento das dificuldades que a população enfrenta em relação à água, energia e I criminalidade. Mas até agora não viram qualquer resposta no sentido de resolver os problemas.

Na sequência de as pessoas acordarem cedo para acarretar água, soma-se um outro problema com contornos graves. Muitas mulheres são abusadas sexualmente. Segundo os moradores, a água só sai das torneiras dos chafarizes por volta das 4h00 da manhã, mas muitas mulheres já têm medo de abastecer porque correm risco de vida. "Aquela hora ~ muito arriscado para nós, porque muitas mulheres já foram violados

aqui. Não entendemos porque é que água só tem de sair àquela hora?", interroga uma moradora.

Joana Gaspar conta que no mês passado uma das suas sobrinhas foi abusada sexualmente. "A menina saiu de casa às 4h00 da manhã com outras miúdas quando foram surpreendidas por um grupo de jovens. As outras conseguiram fugir, mas ela não".

A nossa fonte disse que a sobrinha fez os testes de HIV e de gravidez e os resultados foram negativo, mas as sequelas psicológicas ficam para sempre. "Graças a Deus que não aconteceu nada, ela não contraiu o vírus, fisicamente parece estar bem, mas está traumatizada, chora todos os dias e sente vergonha de sair à rua".

Joana Gaspar disse que apresentou queixa à polícia, mas a verdade é que passadas algumas semanas nada foi feito.

ÀS ESCURAS

Os moradores dizem que na zona também falta energia eléctrica. "Temos aqui dois postos de transformação que não sabemos para que servem. Há muitos meses que não temos energia, mas somos obrigados a pagar 150 kz e nós não temos esses valores".

A população diz que já contactou o administrador municipal, mas continua tudo na mesma. "Já não sabemos o que fazer, o responsável máximo do município não está a conseguir resolver a situação", lamentam.

Manuel André, também morador, frisou que a vida que leva no bairro é bastante difícil porque falta tudo no bairro. "Um bidão de 20 litros de água custa 20 kwanzas, só temos um centro médico, a energia então já nem se fala. Queremos que o Governo Provincial de Luanda veja a nossa situação porque estamos cansados com tudo isso".

"Esta situação está a tornar-se rotina em muitos bairros da capital, é preciso tomar uma providência urgente", defende o mesmo morador.

O Novo Jornal contactou o chefe da Repartição Municipal de Energia e Águas de Cacucaco, Agostinho Sachombe Kilembekpa, que confirmou as informações avançadas pelos moradores. O responsável explicou que a água só sai aquela hora por má educação dos próprios municípes. "Há razão para a água jorrar com pouca pressão de dia

É porque os moradores, na calada da noite, cavam nas condutas para fazer a canalização chegar às suas residências, e isso faz com que a água perda a pressão", justificou. Questionado sobre porquê de a água só jorrar de madrugada, Agostinho Sachombe Kilembekpa respondeu que sai àquela hora porque só à noite é que aumenta a capacidade.

O responsável declarou que o município tem uma nova rede de condutas para melhorar a situação em todas as zonas e em alguns bairros já é uma realidade.

Em relação à energia, a situação é a mesma. Agostinho Sachombe garante que tudo estão a fazer para melhorar o serviço porque o bairro só tem um posto de transformação estatal e dois privados.

8.9 Moradores de Banga We vivem dificuldades

Semanário Factual

De 16 à 23 de Julho de 2010

A insuficiência de água potável, falta de posto médico, de luz eléctrica, de escolas e de segurança, são preocupações dos moradores do bairro Banga We, na comuna da Barra do Dande, em Caxito, há mais de dez anos.

De acordo com os moradores, a carência de água é uma constante desde a fase em que se instalaram na zona. De um tempo a esta parte, os locatários têm consumido água não tratada deixada por alguns camiões de empresas de construção civil.

As crianças e adultos têm assim a sua saúde arriscada pelo consumo de água imprópria, situação que se agrava pela falta de um posto médico para as consultas diárias.

Os moradores dizem carecer de um posto de saúde para a assistência sanitária das crianças que constituem a maioria dos habitantes do bairro Banga We.

Ao falarem ao Factual, eles afirmaram ser urgente a instalação de um posto médico, uma vez que a região é bastante conhecida como a de maior propagação da mosca de sono "Tsé-tsé".

"Gostaríamos que o governo colocasse pelo menos um posto de saúde e enviasse enfermeiros a fim de vacinarem as nossas crianças", apelou uma das moradoras, de nome Olinda Caputo, de 39 anos.

A falta de luz eléctrica é um outro problema que aflige os moradores do Banga We, uma vez que o bairro é rodeado por estepe. Os habitantes afirmam temer da escuridão, motivo porque arriscam as suas vidas durante a noite com velas acesas.

As crianças do bairro estão há muito fora do sistema de ensino por falta de um estabelecimento escolar.

A solução consiste no envio para Luanda de algumas crianças à guarda de familiares próximos para serem enquadradas no sistema normal de ensino.

Para menores que não têm parentes em Luanda, o analfabetismo é uma realidade incontornável, sendo que no Banga We há carência, igualmente, de uma esquadra da polícia, porque moradores acusam alguns taxistas disfarçados de viajantes de violarem algumas meninas do bairro.

"O bairro tem sido vandalizadas pelos taxistas aos fins-de-semana", informou uma locatária que recusou revelar o seu nome, temendo represálias.

O bairro Banga We, que existe há mais de dez anos, é

constituído por cidadãos provenientes das províncias do Uíge, do Bié e de Malanje, devido ao conflito armado terminado em 2002.

A sua população é maioritariamente camponesa, que até agora não possui um órgão de coordenação.

Francisco Bussulo

8.10 Na baixa: «gente fina é outra coisa»

A Capital

De 17 à 24 de Julho de 2010

Enquanto os moradores da periferia clamam por, pelo menos um contentor ou a recolha do lixo, não tanto em tempo record, mas que não se deixe acumular tanto lixo, que até dá dó, na baixa os moradores pedem apenas que se aumentem os contentores já existentes, uma vez que, edifícios há que partilham apenas um balde.

Dona Joana Sabina é uma das moradoras que quer ver aumentado o número de recipientes, para o depósito dos resíduos sólidos, na área em que vive. Residente na Mutamba, concretamente nas imediações do largo da avenida Amílcar Cabral, diz que o prédio em que vive, partilha os mais próximos um único balde.

«O balde, se tivermos de chamar assim, por serem de plásticos, não demoram a encher. Só para dar uma ideia: a recolha do lixo é feita no período da manhã, mas até ao meio dia ou às 14 horas, já temos o balde novamente cheio», explicou a senhora, sublinhando que isso faz com que, muitas vezes, haja a acumulação de lixo nas portas dos edifícios ou nos locais onde são depositados tais baldes, embora ensacados.

A nossa reportagem rumou também para a zona da Maianga e deparou-se com uma zona limpa, em relação à periferia.

Ali, nos deparamos com alguns baldes cheios de lixo, enquanto outros já tinham passado da medida: Isso é, já tinha transbordado para o chão, mas também encontramos noutras áreas, baldes vazios.

Ali, segundo os moradores, a recolha dos resíduos sólidos se processa da mesma forma como na Mutamba, no período da manhã, e a deposição nos baldes deve ser feita de noite ou, pelo menos, deveria.

«Porque não acontece assim. As pessoas que têm lixo em casa, muitas vezes, não esperam chegar até às 18 horas para deitar fora. Mandam as crianças ou vão elas próprias deitar à luz do dia e o resultado disso é a existência em alguns sacos de lixo, nas portas dos edifícios e de vivendas, onde se deparam com a insuficiência de baldes».

Questionada se já foi à periferia da cidade e como encara a situação da recolha do lixo naquelas paragens, Dona Joana confirmou e acrescentou que «vou para lá, quase sempre, para visitar alguns familiares e para fazer

compras nos armazéns. No que diz respeito à recolha de lixo, nós estamos muito melhor do que eles. Ali não existem contentares ou baldes, como aqui, e, por exemplo, na área onde tenho familiares, o lixo não é recolhido diariamente», admirou.

«Deixam ficar amontoado nas áreas onde as pessoas depositam, muitas vezes, defronte às escolas, onde estudam crianças, o que se transforma num grave risco para a saúde e não só, devido ao mau cheiro e o fumo que dali provem, porque, muitas vezes, há queimadas mesmo durante o dia», concluiu.

Saliente-se que situações como o que esta interlocutora referiu, a nossa reportagem encontrou nas escolas primárias das Borracheiras e a 7005, na Paróquia de Santo António, ao Cazenga, onde a acumulação e a queima do lixo, em pleno horário de aulas, é uso e costume. Mas, segundo os nossos interlocutores, naquelas paragens a culpa morre sempre solteira ou é atribuída aos malucos (dementes). Ninguém sabe, quem acende o fogo ou culpam aqueles que vagueiam ou deambulam no lixo.

8.11 Empresa quer melhorar distribuição

Jornal de Angola

De 25 de Julho de 2010

A Empresa de Águas de Luanda (EPAL) apresentou na passada sexta-feira, na FILDA, um conjunto de projectos de Impacto imediato, com vista à melhoria quantitativa e qualitativa da distribuição de água em Luanda.

O director do Gabinete de Estudos e Projectos da EPAL, Simão Kanda, disse à imprensa que, com a construção dos reservatórios e ampliação dos sistemas já existentes, vai ser possível suprir o défice de água que Luanda tem estado a registar. Entre os projectos de impacto imediato destaca-se a construção de novos reservatórios de água em Camama, Zona Industrial de Viana, Benfica e Zona de Cacucaco.

Neste momento decorrem os projectos de impacto imediato com a construção de novos reservatórios de água, em Camama, Quífica e projecto Bem-Morar, Luanda sul e Viana. Os projectos de impacto imediato têm a ver com a construção de reservatórios nestas zonas. "Pretendemos suprir o défice de água que Luanda vive, ampliando os sistemas já existentes", assegurou Simão Kanda.

De acordo com o responsável, o reservatório de Camama tem uma capacidade de reserva de 30 mil metros cúbicos de água e conta com uma torre que vai permitir a distribuição para toda a zona abrangente, contando com outras estruturas de apoio.

O reservatório do Benfica, próximo do condomínio do Lar do

Patriota, conta, por sua vez, com mais dois reservatórios, cada um deles com mil metros cúbicos de água, e também vai contar com urna torre de 500 metros cúbicos de água. Com esta torre, explicou, as zonas do Quífica e o próprio Patriota ficam bem servidos de água.

Simão Kanda disse que, além destes, a EPAL está também a construir outro reservatório na zona Industrial de Viana, com capacidade para 30 mil metros cúbicos de reserva de água, além da torre elevada de 500 metros cúbicos.

Outro reservatório, já em fase de construção, é o do projecto Bem-Morar, Luanda Sul, com 20 mil metros cúbicos de reserva de água.

O director do gabinete de Estudos e Projectos da EPAL anunciou que estão em curso mais projectos de grande dimensão, prevendo que estes venham a atender o plano director de abastecimento de água até 2025.

A capacidade actual do sistema Um, Dois e Três está aquém das necessidades, uma vez que são inferiores a 15 metros cúbicos de água por segundo, explicou Simão Kanda. Com os dois mega-projectos, o Quatro e o Cinco, denominados, Pita e Longa Grande, respectivamente, vai ser possível bombear 15 metros cúbicos por segundo. Tudo isto vai originar que o pagamento à EPAL venha a sofrer alterações. "O sistema de cobrança e controlo vai mudar", prevê, o responsável.

Os projectos Quatro e Cinco visam acompanhar o desenvolvimento do país e o crescimento urbano da província de Luanda e permitir uma maior cobertura da capital. Estes dois projectos, disse, vão suprir o défice de abastecimento de água na zona sudeste e noroeste de Luanda. O projecto Quatro vai abarcar a zona do Kilamba Kiáxi, Camama até ao Zango. E o sistema 5, que é o Longa Grande vai suprir as necessidades de água na zona do Musseque Sequel, entre outras.

A EPAL está em fase de estudo e elaboração dos projectos, após o que vai seleccionar o empreiteiro, através de concurso público a realizar ainda este ano, garantiu Simão Kanda.

O responsável prevê que os dois projectos comecem a ser construídos no próximo ano.

9 AMBIENTE

9.1 Degradações das vias dificultam recolha de lixo

Semanário Factual

De 02 à 09 de Julho de 2010

O director técnico da Triambiente, empresa encarregue pela recolha do lixo e de resíduos sólidos no município do Rangel, em Luanda, Luís Filipe Tacanho, afirmou na Terça-feira, 29, que o mau estado das vias na municipalidade tem dificultado o seu trabalho.

O gestor referiu que as dificuldades encontradas no município são inúmeras, que vão das péssimas condições das ruas no tempo chuvoso à deposição do lixo em locais impróprios ou fora dos baldes distribuídos para o efeito, assim como o mau acondicionamento dos resíduos por parte dos municípios e o desrespeito ao horário de deposição.

Segundo a fonte, o mau estacionamento por parte dos automobilistas que com as suas viaturas impedem o acesso dos meios técnicos aos baldes ou às zonas de deposição para a recolha, contribuem igualmente para os entraves.

9.2 Capital ecológica de Angola em risco

Jornal de Angola

De 05 de Julho de 2010

Com o abate indiscriminado de árvores, a pretensão das autoridades locais tomar o Huambo a capital ecológica de Angola corre sério risco. Esta é a opinião de vários habitantes ouvidos pela nossa reportagem.

António Jamba disse que é preciso tomar medidas para acabar com o fenómeno, apontando como solução o apoio institucional aos camponeses familiares, que procuram sobreviver fazendo carvão, e alargar a utilização pelas populações do gás butano.

"Eu diria mesmo que é necessário que a utilização do gás de cozinha seja incentivado em todo o país, porque o abate de árvores para carvão é feito em todo país", alertou.

Acrescentou que, embora aqui e acolá o Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), esteja a criar polígonos florestais, a verdade é que o processo de abate é muito mais dinâmico e não é acompanhado por igual processo de reflorestamento. "São cada vez mais as clareiras em lugares onde ontem eram matas densas", disse.

Para o estudante João Hossi, não basta plantar árvores para renovar florestas que estão a ser destruídas, é preciso prestar educação ambiental às populações e impedir que continuem a abater indiscriminadamente árvores para fazer carvão. "O que se passa é que há interesses económicos instalados, que devem ser imediatamente travados, sob pena de o Huambo se transformar em deserto", alertou.

Pelo menos 38.869 árvores diversas vão ser plantadas, nos próximos meses, em vários perímetros e polígonos florestais da província do Huambo, numa iniciativa do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), inserida no seu programa de repovoamento e fomento florestal. O chefe da brigada provincial do IDF, Andrade Moreira Bahu, em declarações recentes à imprensa, explicou que o processo de plantação de árvores começa em Outubro e vai se estender até ao mês de Março de 2011, altura em que a chuva diminui de intensidade na região.

Informou que serão plantadas 11.650 árvores de cedro, 12.985 de eucaliptos, 13.934 de pinheiros e 300 acácias de ornamentação.

Estas espécies, segundo o responsável do IDF no Huambo, já se encontram nos viveiros da instituição, aguardando somente pelo início da época chuvosa, para que as mesmas sejam plantadas em locais definitivos.

Andrade Moreira Bahu afirmou que o IDF vai igualmente continuar a fornecer árvores aos fazendeiros para tornar célere o processo de fomento florestal na região.

Disse também que, além das árvores de madeira e de ornamentação, a instituição dispõe, nos seus viveiros, de outras, nomeadamente de mangueiras (48), abacateiros (200), café arábica (675) e 355 flores diversas.

Realçou que durante a primeira fase de plantação de árvores, decorrida entre os meses de Janeiro a Março deste ano, foram plantadas 10.200 mudas de diferentes espécies, principalmente eucaliptos, cedros e pinheiros, além de terem fornecido a fazendeiros das províncias limítrofes um total de 35 mil árvores.

Mais de quatrocentos milhões de kwanzas são necessários para estancar 18 ravinas, nos municípios do Huambo (capital da província), Caála, Longonjo e Tchindjendje, que ameaçam cortar a circulação rodoviária em alguns troços principais e secundários destas circunscrições.

Segundo o director das Obras Públicas na província do Huambo, José Adolfo Morguier, que se manifestou preocupado com a "progressão de algumas ravinas", o sector das Obras Públicas não possui recursos financeiros para estancar o avanço das ravinas, que, por enquanto, são as que mais preocupam.

Destas, explicou, oito encontram-se no município do Huambo, sete na Caála, duas no Longonjo e uma no

Tchindjendje.

9.3 Produção ilegal de carvão deixa Huambo sem árvores

Jornal de Angola

De 05 de Julho de 2010

A província do Huambo está, aos poucos, a perder as suas matas, devido ao abate indiscriminado de árvores por parte dos produtores de carvão. O responsável do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) do Huambo, Andrade Moreira Bahu, está preocupado com a situação, e disse que as zonas periféricas da cidade e as principais florestas estão a ser devastadas.

"A exploração de carvão para comércio, feita na sua maioria por cidadãos que vivem no meio rural, está a criar desertificação. Os carvoeiros intensificaram a actividade e até trocam o trabalho de campo pela extracção de carvão", lamentou Andrade Moreira Bahu. Quem viaja pela província nota logo as clareiras nas matas e os fornos que servem para a produção de carvão. A direcção do Instituto de Desenvolvimento Florestal diz que estão identificadas as áreas de exploração, mas está com dificuldades para descobrir os verdadeiros exploradores.

"E difícil descobrir os proprietários dos inúmeros fornos espalhados pelas matas, porque o abate de árvores é feito por camponeses que vivem nas aldeias. Muitos vendem as árvores aos produtores e quando aparece um fiscal, dizem que estão apenas a cortá-las para abrir lavras," realçou Andrade Moreira Bahu.

O responsável do Instituto de Desenvolvimento Florestal garantiu que "na província não existem empresas licenciadas para exploração de carvão, há apenas comerciantes que patrocinam a extracção e fazem o comércio de forma legal".

Exploração e comercialização

Ernesto Vitangui, carvoeiro e especialista em construção de fornos, disse que para a exploração de carvão é preciso saber: "primeiro cortam-se as árvores, umas 50 ou mais, faz-se arrumação dos troncos cortados, enterramos o forno, põe-se fogo e depois de três ou mais dias, dependendo da quantidade de árvores derrubadas, temos o carvão". Em seguida é desenterrado o carvão, selecciona-se o produto já transformado, ensaca-se e está pronto para o comércio. "Sabemos que fazer carvão provoca problemas ao Ambiente, mas por falta de outras condições de sobrevivência recorremos a este negócio e

aproveitamos para alargar as lavras", reconheceu Ernesto Vitangui.

Margarida Eyala, vendedora há mais de três anos no mercado informal da Canata, na cidade do Huambo, disse à reportagem do Jornal de Angola que "com muito sacrifício e dedicação consigo tirar alguns lucros para o sustento dos meus quatro filhos".

As revendedoras compram o saco de carvão de 50, quilos ao preço de 700 à 800 kwanzas, para retalhar em embalagens ao preço de 50 kwanzas.

"Levanto-me da cama muito cedo, esperando os que trazem carvão em sacos e "caulamos", para revender a retalho, em embalagens, ao preço de 50 kwanzas", disse.

Filipe António Kwenye, moradora aldeia da Tchitatamela, onde a produção de carvão é a principal actividade, disse que muitos preferem vender o carvão aos clientes provenientes de Luanda, que chegam a levar camiões cheios e a preços mais altos.

"Nós vendemos a comerciantes de Luanda que por vezes para conseguir uma quantidade de pelo menos de dez sacos ficam à espera quase um mês inteiro. Eles compram para revender", referiu Filipe António Kwenye.

Apelos à população

Há pouca informação nas zonas rurais, muitos carvoeiros não sabem as consequências que os seus actos podem causar à natureza. A reportagem do Jornal de Angola constatou que a maioria dos produtores de carvão não conhece as consequências do derrube de árvores e das queimadas.

O camponês e explorador de carvão Eugénio José Luís reconheceu que anteriormente havia muita floresta densa, mas agora por causa do abate das árvores desapareceram as matas. A bióloga e professora Rosa Nanguendjo Rufino aconselhou à prática da agricultura racional na província, cuidar e preservar os solos. "As árvores dão fertilidade aos solos, através de folhas que caem, servindo de adubos naturais", sublinhou.

O agricultor Pedro Sassoma apelou a um maior rigor dos sobas e das administrações municipais e comunais, informando a população sobre o que deve evitar durante a extracção de carvão, para a preservação do ambiente.

"É necessário proteger as árvores, acabando com o seu abate indiscriminado", defende o agricultor Pedro Sassoma.

Ventura Muhongo, residente na aldeia Luvili, carvoeiro há sete anos, disse que a sua actividade é indispensável à sua sobrevivência, enquanto aguarda pela época das colheitas.

"Como não podemos deixar nada a perder, aproveitamos as árvores para transformá-las em carvão

e aumentar a extensão das lavras", realçou Ventura Muhongo.

Para este agricultor, as questões de sobrevivência sobrepõem-se aos problemas ambientais, argumentando que a fome é negra e quando aperta às vezes obriga as pessoas mais racionais a agir de forma irracional.

A direcção do Instituto do Desenvolvimento Florestal pede maior envolvimento da sociedade no combate ao abate anárquico de árvores na província.

9.4 Da Floresta só ficou saudades

A Capital

De 17 à 24 de Julho de 2010

Fernando David, 39 anos vive na Floresta há mais de 10 anos. E aqui que começou a sua vida adulta. Saiu de casa dos pais, porque sentia da parte dos mesmos uma certa divisão entre os filhos, pois demonstravam, claramente, que preteriam mais uns do que os outros. A situação tomou-se insuportável, até que abandonou o lar.

«Já não conseguia ver a separação entre os irmãos», contou.

O ilhéu nato andou de casa em casa, como o macaco pula de galho em galho, até que chegou na Floresta e nunca mais de lá saiu. Iniciou, então, a sua vida conjugal, mas que não durou muito tempo, porque a família da esposa queria mais do que este podia dar, em função da sua profissão. Mas foi seguindo assim mesmo o seu caminho solitário. Inicialmente, «fiquei atordoado, mas prossegui», salienta.

Apesar de hoje habitar num local completamente diferente da Floresta que conheceu, não perdeu a memória da antiga. Antes um florescimento maravilhoso, mas agora só lixeira. Como lembra o morador, era toda vedada, alta e florida, o raio de sol nem penetrava devido às árvores, estradas bem desenhadas, rotundas com plantas engalanavam a zona.

«É floresta só de nome», considerou, «embora me custe a casa. Espera que refaçam a floresta, apesar de saber que "metade da população não tem para onde ir», apela. A voz da Administração Municipal da Ingombota

A situação de zonas verdes ainda não é a ideal, nem a que se espera. Mas, a administração move esforços no sentido de melhorar a questão ambiental do município. Os ocupantes da Floresta não terão resposta positiva

A conservação é uma prioridade a nível do gestão municipal da Ingombota, uma vez que não se pode pensar numa cidade sem áreas verdes, que para além do aspecto belo que dá, também transmitem oxigenação, um ambiente de vida saudável para os cidadãos,

eliminando, assim, a poluição ambiental

«Fazemos tudo para preservar os jardins que temos», disse a responsável, ao considerar que, «infelizmente, nem todos falam e praticam as mesmas acções», afirma Suzana de Meio, administradora municipal das Ingombota.

A falta de educação ambiental e cívica é para a administradora, outra lacuna gritante na sociedade. É que muitos cidadãos, embora próximo das passadeiras para peões, ainda fazem dos jardins e largos o caminho certo, para o destino que percorrem, sem receio algum e danificar a relva e outras plantações, destruindo qualquer hipótese de vida ambiental. Esta responsabilidade não é atribuída, somente aos pedestres. Em algumas ruas, os jardins acabaram por desaparecer, porque as motorizadas fazem daquilo a sua estrada.

«A interligação ambiental que existia desaparece», defende S. de Meio

A administradora salientou que não consegue compreender, o prazer que os munícipes têm em destruir. Os largos que há pouco foram reparados, já se encontram outra vez degradados. Outra questão, que também a administração reputa como relevante, é o mau uso das árvores. As pessoas usam árvores como balneários que provocam um mau cheiro, na zona adjacente às árvores. A dirigente alega que as mesmas são podadas, como manutenção, não implica que já não sejam necessárias.

«As nossas árvores é que sofrem», considera De Meio. Segundo informou, a manutenção dos jardins e locais a fins são realizados diariamente. Isto é, é varrido, regado, porque, se assim não for, a quantidade de lixo deixado pelos utentes se multiplica. Embora admita a dificuldade na execução desta periodicidade, a edilidade está atenta à falta de recursos para a concretização desta tarefa comunitária. «Muitas vezes, não há água canalizada e temos que recorrer a cisternas», confirma.

9.5 E nem está consignada para habitação

A Capital

De 17 à 24 de Julho de 2010

Dentro do projecto que o Governo da Província de Luanda, GPL, tem e está em curso no âmbito da reabilitação da avenida Murtala Mohamed, a Floresta será reabilitada, permitindo que as pessoas continuem a visitá-la, descansem, tenham lazer, numa área em que possam estar em contacto com a natureza.

«A Floresta continuará a ser floresta», disse, sublinhando que «tem árvores, espécies que continuarão a ser preservadas, apesar de muitas pessoas não sentirem esta acção», informa.

Quanto ao destino dos ocupantes da Floresta, estes não devem temer a retirada, mas sim, se antecipar e abandonar o local, uma vez que aquele sítio não é apropriado para habitação humana, mas sim, uma área de lazer, um bem público.

«A Floresta não está consignada para habitação», afirmou Suzana de Meio, considerando o acto dos habitantes da Floresta da Ilha de Luanda como sendo chantagem. Ela garante em tom severo que "a administração não cederá à mesma", salientando que "na altura da guerra justificava-se, porque muita gente procurou na capital do país segurança, mas há locais certos, descritos pelo governo para acolher pessoas que vivem situação similar. Todos os outros que ocupam espaços públicos, com o fim de obter uma resposta para satisfazer o seu carácter oportunista, não vai encontrar respostas nem na Administração, nem com o GPL.

«É uma questão de ordem e vamos impor a ordem», assevera Meio.

A autoridade máxima daquele município, garantiu que, neste momento, um grupo formado por instituições públicas se move no sentido de saber o paradeiro de cada indivíduo que está na I Floresta. Sabe-se, já, que a maioria dos invasores vieram do município de Cacucaco, Viana e parte da Ilha de Luanda. A administração municipal tem um acordo de trabalho com o MAPESS, Capitania do Porto de Luanda, Polícia Fiscal e Marítima, para ver que mecanismos usar para reverter esta situação.

«Para ver, efectivamente, como podemos ajudar e melhorar esta situação», rematou.